

Demonstrações Financeiras

MGI Minas Gerais Participações S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

MGI Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	19
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	24
Demonstração dos resultados.....	26
Demonstração dos resultados abrangentes.....	27
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	28
Demonstração dos fluxos de caixa	29
Demonstração do valor adicionado	30
Notas explicativas às demonstrações financeiras	31
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	83
Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário.....	84
Parecer do Conselho Fiscal	86

Os valores monetários estão expressos em milhares de reais, salvo quando indicado de outra forma.

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2020 foi marcado por um cenário externo sem precedentes na história da Companhia, que, assim como todo o mercado brasileiro e internacional, sofreu os impactos da pandemia causada pelo COVID-19.

A MGI, em consonância com as diretrizes do Estado de Minas Gerais, seu acionista controlador, elaborou plano de contingência para lidar com a situação, de modo a proteger seus colaboradores e demais pessoas com as quais se relaciona, sem prejudicar a continuidade dos seus negócios.

Aderindo às recomendações do Comitê Extraordinário COVID-19, instituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a Companhia implementou gradativamente o regime de teletrabalho para os seus colaboradores a partir de 16 de março de 2020, com gradual adesão, a começar pelos grupos mais vulneráveis ao risco. A partir de setembro de 2020, teve início a retomada gradual do trabalho presencial, com ocupação máxima de 20% dos postos de trabalho, em conformidade com as diretrizes do Plano Minas Consciente. Por meio de tecnologias de trabalho remoto e comunicação virtual, a Companhia vem mantendo suas operações em pleno funcionamento, bem como o contato com seus *stakeholders*.

O impacto causado pela pandemia na economia mundial afetou de forma relevante a Companhia, sobretudo em relação aos seus ativos financeiros. Os meses de março e abril foram os que apresentaram maior impacto, em razão da vertiginosa queda observada na Bolsa de Valores de São Paulo. Contudo, com a significativa recuperação da Bolsa de Valores no quarto trimestre, em que as cotações dos principais ativos da Companhia alcançaram patamares superiores aos imediatamente anteriores à pandemia, os resultados negativos de valor justo dos investimentos registrados nos três primeiros trimestres foram revertidos em ganho no encerramento do exercício. Ainda assim, permanece grande incerteza em relação ao mercado, pois ainda é observada alta volatilidade.

A carteira de direitos de crédito autônomos foi consideravelmente impactada pelo desaquecimento da atividade econômica, o que acarretou o aumento da inadimplência por parte dos contribuintes e significativa redução dos valores arrecadados. A atividade de gestão de ativos merece destaque pelos excelentes resultados auferidos no período, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, apesar de todas as dificuldades decorrentes do desaquecimento da economia, como fruto de um trabalho de remodelagem das estratégias de atuação implementado a partir do segundo semestre de 2019. Desde o início da pandemia, foi percebida uma menor receptividade do público-alvo na recuperação de créditos e na venda de imóveis, mas a Companhia mitigou os impactos por meio de novas estratégias de comunicação.

Em relação aos aspectos operacionais, a Companhia conseguiu manter suas operações em pleno funcionamento, obtendo êxito na implementação do teletrabalho, por meio de melhorias de processos internos e novas ferramentas de gestão e controle. A dedicação e empenho de seus colaboradores tem sido fator primordial para esse resultado.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2020 | Controladora



Diante do cenário atual e das variáveis expostas, a Diretoria considera excelentes os resultados alcançados neste exercício, o que lhe impulsiona a perseguir ótimos índices de qualidade na prestação dos seus serviços, considerando a peculiaridade da atuação da Companhia, que busca não apenas a lucratividade, mas também uma contribuição efetiva ao Estado no atendimento do interesse público, procurando satisfazer, de forma equitativa, os interesses de seus principais stakeholders.

2. IMPACTOS DO COVID-19

O COVID-19 causou e vem causando impactos na economia, diante da situação de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual reforçou a necessidade de implementação de medidas de distanciamento social que impactam negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando o fechamento de lojas e instalações. Com isso, houve uma piora do cenário econômico com a redução da atividade econômica em todo o país, afetando as empresas e, consequentemente, a Bolsa de Valores, em que pese a retomada desta na segunda metade do ano.

Impacto na Carteira DCA

A redução da atividade econômica gera diminuição da arrecadação de tributos pelo Estado de Minas Gerais, impactando, inclusive, na carteira de direitos de crédito autônomos (DCA) cedida à MGI.

A tendência normal da carteira ativa de DCA é de redução na medida em que as parcelas são pagas ou, em caso de inadimplemento superior a 90 dias, os créditos são reclassificados da carteira ativa para os rompidos. Em julho de 2022, quando se encerra a 2ª emissão das debêntures, os valores não pagos da carteira (vincendos e rompidos) serão utilizados como meio de pagamento das debêntures.

Em razão dos impactos econômicos do COVID-19, observou-se uma redução mais acentuada da carteira ativa durante o exercício de 2020, em razão do aumento da inadimplência.

A variação da carteira ativa no exercício de 2020 encontra-se apresentada a seguir:

Mês	Carteira Ativa*	Variação Mensal	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	80.044	-	-
Janeiro/2020	78.834	(1.210)	(1,51)
Fevereiro/2020	86.266	7.432	9,43
Março/2020	74.818	(11.448)	(13,27)
Abril/2020	53.475	(21.341)	(28,52)
Mai/2020	44.156	(9.319)	(17,42)
Junho/2020	42.983	(1.173)	(2,66)
Julho/2020	45.866	2.883	6,70
Agosto/2020	50.653	4.787	10,44
Setembro/2020	50.344	(309)	(0,61)
Outubro/2020	52.145	1.801	3,45
Novembro/2020	54.332	2.187	4,03
Dezembro/2020	52.817	(1.515)	(2,87)

*Carteira líquida

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2020 | Controladora



Pode-se observar que abril/2020 foi o período no qual o COVID-19 gerou maior impacto, devido à manutenção da política do isolamento social. No quarto trimestre, houve um aumento da carteira ativa de DCA de R\$2.473 ou 4,91% comparado a setembro de 2020. No ano, a carteira reduziu seu valor em R\$27.227, o equivalente a 34,01% de seu valor em dezembro de 2019.

A variação dos direitos creditórios rompidos no exercício de 2020 encontra-se apresentada a seguir:

Mês	Rompidos	Variação Mensal	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	1.793.136	-	-
Janeiro/2020	1.798.441	5.305	0,29
Fevereiro/2020	1.798.486	45	0,003
Março/2020	1.807.999	9.513	0,53
Abril/2020	1.833.379	25.380	1,40
Maio/2020	1.848.934	15.555	0,85
Junho/2020	1.853.107	4.173	0,23
Julho/2020	1.853.455	348	0,02
Agosto/2020	1.856.879	3.424	0,18
Setembro/2020	1.864.366	7.487	0,40
Outubro/2020	1.862.236	(2.131)	(0,11)
Novembro/2020	1.866.443	4.207	0,23
Dezembro/2020	1.870.869	4.426	0,24

Em relação aos rompidos, a tendência é de crescimento, devido ao aumento da inadimplência por parte dos contribuintes e da correção monetária desses créditos. O impacto mais significativo no ano foi em abril, quando houve um aumento de R\$25.380 nos direitos creditórios rompidos, em comparação com o mês anterior.

Ao observar a variação no ano de 2020, houve um aumento de R\$77.733 dos rompidos, o equivalente a 4,33% de seu valor em dezembro de 2019.

A seguir, está apresentada a variação dos recebimentos dos direitos creditórios no exercício de 2020:

Mês	Recebimentos*	Variação Mensal	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	2.123	-	-
Janeiro/2020	2.087	(36)	(1,72)
Fevereiro/2020	1.990	(97)	(4,65)
Março/2020	1.452	(537)	(27,00)
Abril/2020	1.160	(292)	(20,11)
Maio/2020	1.215	55	4,74
Junho/2020	1.279	64	5,26
Julho/2020	1.941	662	51,76
Agosto/2020	935	(1.006)	(51,83)
Setembro/2020	784	(151)	(16,15)
Outubro/2020	707	(77)	(9,82)
Novembro/2020	719	12	1,70
Dezembro/2020	730	11	1,53

*Recebimentos apresentados considerando a data de pagamento pelos contribuintes conforme arquivo fornecido pela SEF.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2020 | Controladora



Desde o início da pandemia, o mês de outubro foi o de menor recebimento dos direitos creditórios em 2020, no valor de R\$707. Porém, em termos de variação mensal, o maior impacto foi em agosto, quando houve uma queda de R\$1.006, equivalente a uma redução de 51,83% do valor obtido no mês anterior.

A expectativa para 2021 é que no começo do ano ainda persistam as medidas de distanciamento social, à medida que os indicadores epidemiológicos piorarem e aumentarem o número de leitos ocupados destinados a pacientes com COVID-19. Como consequência disso, pode ser que ocorra uma redução no recebimento dos direitos de crédito autônomos. Quando a vacinação alcançar um estágio mais avançado, a expectativa é de que, com a população imunizada, as restrições de funcionamento dos estabelecimentos diminuam e ocorra uma retomada da atividade econômica e, consequentemente, uma melhora nos recebimentos da carteira de DCA.

Impacto nas Opções

A propagação do COVID-19 causou forte impacto na Bolsa de Valores, afetando o valor justo das opções flexíveis de compra e venda sobre ações preferenciais de emissão da CEMIG listadas na B3.

	31/12/2019	31/03/2020	30/06/2020	30/09/2020	31/12/2020
Cotação da CEMIG (R\$)	13,79	8,91	11,02	10,10	14,56
Opções de Compra	417.763	180.960	324.596	256.850	483.036
Opções de Venda	31.469	57.841	42.380	43.136	25.857
Diferença das Opções	386.294	123.119	282.216	213.714	457.179

Na perspectiva da Bolsa de Valores, parece que o pior cenário já passou, embora ainda persista alguma oscilação à medida em que saem notícias sobre os impactos do COVID-19 na economia mundial, a retomada do crescimento econômico e a expectativa das vacinas, ou seja, ainda existe um grau de incerteza de todo o cenário. O Ibovespa, que é o principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3, em março de 2020 apresentou a mínima de 63.569,92 pontos enquanto no mês de junho fechou aos 95.055,82 pontos, e encerrou o mês de setembro aos 94.603,38 pontos. O índice encerrou o ano de 2020 aos 119.017 pontos, mostrando uma forte recuperação neste último trimestre.

O comportamento da ação da CEMIG seguiu o mesmo da Bolsa, ambos sofreram queda significativa no primeiro trimestre, depois tiveram uma recuperação considerável no segundo trimestre, uma ligeira queda no terceiro trimestre e grande recuperação no fim do ano de 2020.

Conforme demonstrado na tabela acima, no primeiro trimestre a ação sofreu uma queda de R\$4,88, o que representa 35,39% de redução. Após grandes oscilações, apresentou no fim do segundo trimestre uma leve recuperação, um aumento de R\$2,11 equivalente a 23,68% em comparação com o primeiro trimestre. No terceiro trimestre, a cotação da CEMIG teve uma desvalorização de R\$0,92, ou seja, uma baixa de 8,35 % no intervalo de julho a setembro. Neste quarto trimestre, as ações tiveram uma alta considerável de R\$4,46, equivalente a 44,16%, comparado ao trimestre anterior. No final de 2020, a ação conseguiu recuperar o valor que havia alcançado antes da COVID-19, com uma alta de R\$0,77, isto é, 5,58% do seu valor de mercado.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2020 | Controladora



Esse cenário de recuperação e alta da ação ocasionou um aumento expressivo do valor das opções de compra, no montante de R\$226.186 ou 88,06% de valorização. Estas opções são um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício (R\$10,36), a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em relação às opções de venda, a valorização da ação gerou uma desvalorização das opções em R\$17.278, ou seja, 40,05% de redução quando comparado ao trimestre anterior. Estas opções são um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício (R\$5,08), a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em resumo, pode-se aferir que a valorização das ações CMIG4 diminuiu o valor das opções de venda, que são um ativo da Companhia, e aumentou o valor das opções de compra, que são um passivo, afetando negativamente os resultados da empresa. Por outro lado, como a MGI possui cerca de 90 milhões de ações, seu patrimônio aumentou com a valorização das ações.

Impacto no Investimento e no Direito Creditório sobre Ações Emprestadas

Pelas variações no valor da ação já relatadas acima, a Companhia sofreu impactos significativos sobre o seu investimento em companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Cemig e Copasa), e sobre o valor do direito creditório sobre ações emprestadas ao Banco de Investimento Credit Suisse, no escopo das garantias da 5ª emissão de debêntures até o mês de setembro. Porém, no 4º trimestre de 2020, a significativa alta na cotação levou à reversão da perda, culminando em ganho de valor justo desses investimentos, conforme demonstrado a seguir.

Variação do investimento e do direito creditório sobre ações						
		31/12/2019	31/03/2020	30/06/2020	30/09/2020	31/12/2020
Cotação da CEMIG (R\$)		13,79	8,91	11,02	10,10	14,56
Cotação da COPASA (R\$)		67,99	40,90	58,23	46,73	16,40
Ações CEMIG emprestadas	Quantidade (unidades)	86.055.995	82.935.717	82.935.717	81.267.707	83.622.140
	Valor (R\$ mil)	1.186.712	738.957	913.952	820.804	1.217.538
Ações CEMIG no patrimônio	Quantidade (unidades)	1.003.787	4.124.065	4.124.065	9.372.922	7.018.490
	Valor (R\$ mil)	13.842	36.745	45.447	94.666	102.189
Ações COPASA no patrimônio *	Quantidade (unidades)	154.640	154.640	154.640	154.640	463.920
	Valor (R\$ mil)	10.515	6.325	9.005	7.226	7.609
Impacto Total (R\$ mil)		1.211.068	782.027	968.404	922.696	1.327.335

*Ocorrência de desdobramento de ações da Copasa no 4º trimestre de 2020.

Portanto, constata-se que o impacto nos investimentos e nos direitos creditórios sobre ações emprestadas apresentaram, em conjunto, um aumento de R\$116.297, equivalente a uma alta de 9,6% em 31 de dezembro de 2020, comparativamente com 31 de dezembro de 2019, superando os efeitos negativos decorrentes das opções.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. A Companhia incluía nas informações contábeis intermediárias consolidadas a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, que teve sua incorporação concretizada pela Companhia em 10 de julho de 2019. Consequentemente, a partir dessa data, a Companhia passou a não ser requerida a apresentar balanço patrimonial consolidado, remanescendo a apresentação das demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado representando as respectivas transações até a data da incorporação da EMIP.

Gestão de Ativos

Resultados da Gestão de Ativos (R\$ mil)	31/12/2020	31/12/2019	Variação %
Créditos em Liquidação Próprios da MGI	6.457	2.703	137
Imóveis Próprios da MGI	-	717	(100)
Imóveis Próprios da MGI advindos da EMIP	397	1.242	(68)
Total Ativos MGI	6.854	4.662	47
Créditos em Liquidação do Estado de Minas Gerais	783.408	836	93.609
Bens Imóveis do Estado de Minas Gerais	10.677	3.031	252
Total Ativos do Estado de Minas Gerais	794.085	3.867	20.435

Verifica-se no quadro acima o destaque na recuperação de créditos em liquidação, da carteira da MGI, cedidos pelos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, em que a Companhia arrecadou, no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$6.457, tendo um aumento de 137% em relação ao mesmo período de 2019, quando a arrecadação totalizou R\$2.703.

Mediante contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua, também, na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos Bancos BEMGE e CREDIREAL e na alienação de bens imóveis não de uso, pertencentes ao Estado de Minas Gerais.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2020, no âmbito dos contratos celebrados, a MGI repassou à SEF o montante de R\$794.085 provenientes da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Esse valor foi superior em 20.435% ao apurado no mesmo período de 2019, quando totalizou R\$3.867.

Em relação à recuperação de créditos, mesmo existindo uma tendência de decréscimo em razão da redução do estoque de créditos, a melhoria do resultado foi expressiva, em razão de novas estratégias de atuação implementadas pela Companhia. Além disso, um recebimento expressivo de precatórios cedidos ao Estado como pagamento de um crédito contribuiu significativamente para o resultado.

A mudança de estratégias voltadas para a venda de imóveis também foi um fator determinante para a melhoria desse resultado, proporcionando um crescimento de 252% no valor arrecadado para o Estado por meio da alienação de bens mediante processo licitatório.

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (há mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez dos imóveis, a MGI considera relevantes os valores arrecadados na gestão de ativos.

Além dos contratos celebrados com a SEF, a MGI possuía, até novembro de 2020, contrato com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”) para prestação de serviços de suporte administrativo no acompanhamento judicial das ações relacionadas aos créditos e imóveis do Estado proveniente dos bancos extintos e privatizados, contribuindo para os resultados alcançados.

Os contratos de prestação de serviços geraram uma receita total de R\$ 1.352 no período em referência. Esse valor reduziu em 43% em relação ao apurado no mesmo período do exercício anterior, quando totalizou R\$ 2.368. Essa redução deveu-se, sobretudo, à redução do escopo do contrato com a AGE a partir de maio de 2020 e sua extinção em novembro de 2020.

Direitos de Crédito Autônomos

De acordo com a posição de 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um saldo nominal de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.923.686 (R\$ 1.873.180 em 31 de dezembro de 2019).

No período encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$46.066, enquanto os valores recebidos no período totalizaram R\$13.747 (R\$69.418 em 31 de dezembro de 2019). Embora exista uma natural tendência de queda na arrecadação em virtude da redução do saldo devedor, a expressiva redução de 80,59% no período, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, deveu-se, principalmente, por ter ocorrido pagamento do saldo a receber do Estado de Minas Gerais no período de 2020 no valor de R\$271, sendo que em igual período de 2019 recebeu-se R\$44.197. Sem o efeito desses recebimentos, a redução seria de 47,64%, justificada, em grande parte, pelo desaquecimento da economia em decorrência da pandemia do COVID-19.

Importante ressaltar que o saldo de parcelamentos rompidos - isto é, com parcelas inadimplidas há mais de 90 dias - vem aumentando no decorrer do tempo. No período em referência, esse crescimento foi potencializado em razão da pandemia causada pelo COVID-19 e seus impactos econômicos.

A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o *impairment* da carteira. Considerando esses efeitos, o saldo de Direitos de Créditos Autônomos é de R\$942.079 na posição de 31 de dezembro de 2020 (R\$841.211 em 31 de dezembro de 2019).

O saldo da carteira de direitos de crédito autônomos, incluindo os parcelamentos rompidos, poderá ser utilizado para quitação da 2ª emissão de debêntures, em conformidade com a respectiva escritura de emissão.

Debêntures

Ainda de acordo com a posição de 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui obrigações decorrentes da segunda e quinta emissões de debêntures.

Considerando este período, a Companhia registrou custos de R\$62.043 a título de juros e amortização do custo da transação sobre as debêntures emitidas. No mesmo período do exercício anterior, esses custos totalizaram R\$111.515. O decréscimo de 44,36% foi devido principalmente à redução da taxa DI, à qual é indexada a remuneração das debêntures. Outra justificativa é a redução do saldo devedor da 5ª emissão, em razão das amortizações realizadas.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados neste período:

Pagamentos Efetuados	Juros	Principal	Total Pago
5ª emissão	48.503	48.152	96.655

(a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

A Companhia possui um saldo nominal de R\$1.085.473 a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais.

As debêntures subordinadas vencem em 2022 e não possuem amortizações ordinárias intermediárias de juros e principal. Podem ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora. Durante o período, não ocorreram amortizações extraordinárias.

(b) Debêntures de Quinta Emissão

Tendo como referência 31 de dezembro de 2020, a MGI possui um saldo de R\$587.717 a pagar referente à quinta emissão de debêntures. Durante o ano, foram pagas as parcelas semestrais de juros e amortização do principal, nos valores de R\$48.503 e R\$48.152, respectivamente.

Participações Acionárias

A Companhia tem participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG, Codemge e empresas do grupo Gerdau.

Os investimentos em participação acionária proporcionaram receitas de R\$ 56.429 no exercício, provenientes de juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pelas companhias investidas. Essas receitas apresentaram uma queda de 12% comparado às auferidas em igual período do ano anterior, quando somaram R\$63.785.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2020 | Controladora



Convênios

Durante este período, a Companhia deu continuidade ao programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Embora não tenham sido celebrados novos convênios no período, a Companhia vem realizando o repasse de parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores, além do foco principal na análise de prestações de contas de convênios encerrados.

A MGI repassou aos convenientes, no exercício de 2020, o montante de R\$2.012 referente a parcelas remanescentes de convênios, apurou rendimento do repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, através da prestação de contas, o valor de R\$ 832 e efetuou gastos com publicações oficiais de R\$8. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$1.092 no período, a variação líquida foi positiva em R\$1.760, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.167.441 em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.169.201 em 31 de dezembro de 2020.

Secretarias	31/12/2019	Movimentação		31/12/2020
	Saldo inicial	Pagamentos / Rendimentos	Devoluções	Saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.018	47	(2)	5.063
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.899	1	-	1.900
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.535	303	(2)	89.836
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.165	-	-	14.165
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	19.946	95	-	20.041
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA	994.344	2.226	(1.088)	995.482
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.700	179	-	34.879
Sec. Est. Governo – SEGOV	4.234	1	-	4.235
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	3.600
	1.167.441	2.852	(1.092)	1.169.201

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

O procedimento relacionado à prestação de contas abrange sua apresentação à Secretaria Interveniente em até 90 dias após a extinção do convênio pelo fim da vigência. As análises dessas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio e a regularidade dos gastos dos recursos repassados.

As Secretarias Intervenientes são responsáveis pela análise prévia das prestações de contas e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) dos objetos conveniados. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente, via de regra, impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2020 | Controladora



Concluída as análises pelas Intervenientes, os convênios são encaminhados à MGI para análise financeira conclusiva e julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo, a Companhia, na referência de 31 de dezembro de 2020, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade	Valor em R\$ mil
Convênios Vigentes	264	161.054
Vencidos, há menos de 90 dias, COM prestação de contas	1	400
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	579	276.616
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na MGI	584	732.924
Julgados reprovados	-	-
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	82	37.941
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	7	5.656
Encerrado	1	1.926
Prazo para apresentação de prestação de contas final está suspenso, conforme Decreto 47890/20	3	1.110
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.217.627

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervenientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)	Análise Vertical 2020 (%)
Variação monetária ativa	46.066	66.147	(30)	39
Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA	10.450	30.329	(66)	9
Receita de participação acionária	56.429	63.785	(12)	48
Recuperação de Créditos	6.457	3.420	89	6
Prestação de serviços	1.352	2.368	(43)	1
Receitas de vendas de imóveis	397	1.242	(68)	0
PIS/COFINS/ISS	(3.873)	(2.976)	30	(3)
TOTAL	117.278	164.315	(29)	100

No período encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$117.278, 29% inferior ao mesmo período de 2019, quando alcançou R\$164.315.

Os fatores preponderantes para a redução da receita operacional líquida foram: (i) a redução de 12% nas receitas de participação acionária, comparando ao mesmo período do ano anterior, por motivos exógenos; (ii) a receita de variação monetária ativa dos direitos de crédito autônomos, que reduziu 30%, em virtude, principalmente, da redução da taxa Selic; (iii) a receita de amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial dos direitos de crédito autônomos, que reduziu 66% em comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude da redução do saldo a amortizar. Essas receitas representaram, em conjunto, 96% da receita operacional líquida do período.

Um dos pontos positivos no ano de 2020, foi o crescimento das receitas de recuperação de créditos, superior em 89% em relação ao mesmo período do ano anterior, aumentando de R\$3.420 para R\$6.457.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2020 | Controladora



Custo Operacional

Custo Operacional (R\$ mil)	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)	Análise Vertical 2020 (%)
Juros sobre debêntures	61.638	111.110	(45)	38
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	75.968	66.073	15	47
Pessoal	2.945	3.346	(12)	2
Amortização de custos de transação	405	405	-	-
Obrigações por repasse	3.587	1.574	128	2
Serviços de terceiros	1.057	803	32	1
Custos dos imóveis vendidos	280	1.051	(73)	-
Custas judiciais	150	1.035	(86)	-
Demais custos	61	94	(35)	-
Encargos Financeiros Contratuais	-	70	(100)	-
Encargos financeiros com opções	15.412	17.210	(10)	10
CUSTO TOTAL	161.503	202.771	(20)	100

O custo operacional totalizou R\$161.503 no período, inferior em 20% a igual período do ano anterior, quando atingiu R\$202.771.

O custo mais expressivo é composto pela amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures que totalizou R\$75.968 no período, representando 47% do custo total. Este custo apresentou aumento de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Outro item relevante para o custo total foram os juros sobre as debêntures, representando 38% do custo total, seu valor foi de R\$61.638 no período (R\$111.110 em igual período do ano anterior), apresentando uma redução de 45%. Este foi o principal item que potencializou a queda do custo total. No item Debêntures constam as justificativas para a redução.

O custo com encargos financeiros das opções, no valor de R\$15.412, refere-se à liquidação das tranches das opções de compra ocorridas em 2020 (R\$17.210 em 2019). Esse valor corresponde à diferença entre o preço de liquidação da opção em relação ao seu preço de exercício, multiplicado pela quantidade de opções da respectiva tranche.

O custo com maior aumento no período, com variação de 128%, refere-se às obrigações por repasses, mais precisamente no 2º trimestre, pois o Fundo dos Ex-acionistas BEMGE apresentou um resultado positivo em R\$3.211. Em consonância com o contrato de cessão de créditos celebrado com o BEMGE, os ex-acionistas do referido Banco fazem jus a 90% do resultado positivo apurado semestralmente, correspondente ao valor arrecadado subtraídas as respectivas despesas incorridas. Portanto, o aumento dessa obrigação decorre do crescimento da receita de recuperação de créditos. Apesar de significativo, o aumento gera baixo impacto sobre o custo total, pois representa apenas 2% desse valor.

Outro custo com aumento relevante, de 32%, está relacionado aos serviços de terceiros, essenciais à geração das receitas operacionais. Neste período, a conta de honorários advocatícios cresceu significativamente em razão do aumento da recuperação de créditos, uma vez que os honorários são proporcionais aos valores recuperados. Apesar de significativo, esse aumento, também, gera baixo impacto sobre o custo total, pois representa menos de 1% desse valor.

O custo com pessoal apresentou redução de 12% em relação ao mesmo período anterior, devido a reestruturações promovidas pela Administração. Em que pese o Plano de Desligamento Voluntário ter gerado aumento desse custo no 1º trimestre, esse impacto foi superado pelas economias geradas nos meses seguintes.

Os demais custos foram pouco representativos em relação ao custo total da Companhia.

Resultado Operacional Bruto

A Companhia apresentou resultado operacional bruto negativo de R\$44.225 no período, e no mesmo período do exercício ano anterior, de R\$38.538, também negativo.

O fator preponderante para o considerável aumento do prejuízo operacional bruto foi a diminuição da receita líquida em 29%, em virtude da redução da variação monetária ativa da carteira de direitos de crédito autônomos (DCA) em 30% e do ajuste a valor justo da mesma carteira em 66%. Outro fator relevante foi a redução da receita de participação acionária em 12%. Tendo em vista que essas receitas representam, em conjunto, 96% da receita total, as reduções observadas impactaram significativamente o resultado bruto.

A redução do custo operacional em 20% provocou um importante impacto no resultado, mas não a ponto de compensar a queda da receita líquida. Mesmo com o crescimento da amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas, das obrigações por repasses e dos serviços de terceiros, a redução do custo composto pelos juros sobre as debêntures, que representa 38% do custo total e apresentou uma diminuição de 45%, compensou tais crescimentos e contribuiu para a redução do custo total.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reduziu 43,3%, de R\$7.657 em 31 de dezembro de 2019 para R\$4.340 em 31 de dezembro de 2020, em razão, principalmente, da redução da taxa de juros e da diminuição do montante aplicado, sobretudo em razão dos pagamentos das debêntures.

Apesar da redução, os critérios utilizados para alcance dos resultados positivos foram baseados em disciplinado controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 2020 | Controladora



LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA (R\$ mil)	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do Período	36.555	(8.494)
(+) IRPJ e CSLL	1.894	-
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(4.340)	(7.690)
(+) Depreciação e Amortização	72	103
LAJIDA	34.181	(16.081)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	(47.983)	2.578
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	(39.913)	(33.303)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial	65.519	35.744
(+) Provisão para Perda em Participações Societárias	(489)	131
LAJIDA AJUSTADO	11.315	(10.931)

(a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. A MGI apurou, em 31 de dezembro de 2020, LAJIDA positivo de R\$34.181. No exercício anterior, o indicador foi negativo, no valor de R\$16.081.

(a) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos efeitos abaixo, que não afetam a geração de caixa da Empresa:

- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis, aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações e à renegociação da carteira de direitos de crédito autônomos;
- *Impairment* dos direitos de crédito autônomos (perda na recuperação de direitos creditórios).
- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.
- Provisão para perda em participações societárias.

Apurou-se LAJIDA ajustado positivo de R\$ 11.315 em 31 de dezembro de 2020. No mesmo período do exercício anterior, esse indicador foi negativo em R\$ 10.931.

Portanto, percebe-se que, excluídos os impactos das receitas e despesas que não afetam a geração de caixa, o lucro líquido do período em análise foi reduzido, tanto no conceito de LAJIDA como no de LAJIDA ajustado. No mesmo período do ano anterior, mesmo após exclusões propostas, o prejuízo foi mantido, em um patamar ligeiramente maior.

Resultado Líquido

O fator preponderante para a Companhia ter obtido um resultado líquido positivo no valor de R\$36.555, está relacionado a fatores mercadológicos, principalmente relacionados aos investimentos na CEMIG e na queda da taxa Selic. Esse resultado ainda foi amenizado devido ao impacto financeiro do COVID-19 na economia.

Conforme se verifica no LAJIDA e LAJIDA ajustado, o lucro auferido deveu-se, em grande medida, ao resultado positivo de ajustes a valor justo, sendo que esse resultado não afeta o caixa. Os ajustes a valor justo estão vinculados aos contratos de opções e aos contratos de empréstimos de ações e sua variação deriva de variáveis exógenas à Companhia.

5. GESTÃO DE PESSOAS

Um dos pilares da MGI é seu o capital humano, o qual mesmo com os desafios atuais tem se empenhado para que as atividades da empresa mantenham sua excelência. A grande integração dos mercados mundiais, associada às grandes demandas e exigências impostas na conjuntura econômica atual, tornam ainda mais necessária a valorização dos recursos humanos empregados nas atividades da MGI, sendo ainda mais importante cultivar o grande potencial observado no capital humano da empresa.

Há de se destacar a inesperada crise enfrentada pela pandemia da COVID 19, que ocasionou uma mudança obrigatória nas relações de trabalho. Inicialmente, um plano de contingência foi elaborado visando à proteção da saúde de seus colaboradores e buscando manter suas atividades operacionais e administrativas em pleno funcionamento. Aderindo às recomendações do Comitê Extraordinário COVID-19, instituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a Companhia implementou gradativamente o regime de teletrabalho para os seus colaboradores a partir de 16 de março de 2020, com gradual adesão, a começar pelos grupos mais vulneráveis ao risco. Atualmente, 80% dos colaboradores estão em regime de teletrabalho. Todavia, dadas as ações administrativas, empregando todos os recursos e tecnologias factíveis disponíveis, a empresa continuou com suas atividades sem prejuízo da qualidade.

Incontestavelmente, a nova conjuntura de trabalho em home office, decorrente da pandemia do COVID 19, impôs ao grupo muitas questões antes não enfrentadas. Alguns desafios foram encontrados desde o início desta crise de saúde, como a questão estrutural, na qual destaca-se a necessidade de computadores e equipamentos básicos de acesso aos empregados, bem como o acesso à internet por parte dos colaboradores para a execução dos serviços. Outra questão enfrentada foi o controle de tempo de trabalho e produtividade, acompanhadas de questões pessoais como disciplina e compromisso. A empresa se mostrou ágil na resposta a estas questões. A administração da MGI conseguiu equipamentos necessários e aplicou técnicas de controle de produtividade de pessoal bastante efetivas. Assim, a MGI conseguiu manter para o grupo de funcionários estrutura, estímulo, engajamento e segurança para transpor esta fase desafiadora para todos.

Treinamentos, seminários relativos à ética e clima organizacional foram estratégias de atuação para a já conhecida gestão orientada para resultados abordada pela empresa, buscando aproveitar o novo contexto de uso de mais ferramentas remotas, visando a resultados mais efetivos.

Ademais, neste ano desafiador de 2020, para a Administração da MGI, o compromisso, empenho, integração e dedicação dos funcionários da empresa foram os pontos primordiais para chegar aos resultados operacionais positivos, o que deve ser valorizado e ressaltado.

6. ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar às informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei - que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 - estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam aos pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br, de forma objetiva e em linguagem acessível. O cidadão que buscar outras informações além das disponíveis no site poderá solicitar por meio do Fale Conosco ou pelo e-Sic - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão.

7. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Brasil, Bolsa e Balcão – B3, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi atualizada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29/06/2018.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresas Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014, a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e em sua página na internet: www.mgipart.com.br.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa da MGI está alinhada com os princípios e exigências emanados pela Lei Federal nº 13.303/2016, conhecida como “Lei das Estatais”. As principais instâncias que compõem a estrutura de governança da Companhia são:

- Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho Fiscal;
- Conselho de Administração;
- Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) – órgão de assessoramento do Conselho de Administração
- Diretoria Executiva
- Auditoria Interna – vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do COAUD
- Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos – instância responsável, entre outros assuntos, pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos

Em consonância com o seu Programa de Integridade, a MGI busca continuamente fortalecer a cultura de ética e a integridade na Companhia, norteados todos os negócios e relações com todos os stakeholders com base nos seguintes pilares:

- Governança e comprometimento da alta administração;
- Planejamento estratégico, gestão de riscos e controles internos;
- Código de Conduta, políticas e procedimentos;
- Due diligence nas relações com terceiros;
- Gestão de pessoas, comunicação e treinamento;
- Prevenção de nepotismo e conflito de interesses;
- Canal de ética;
- Transparência ativa e passiva;
- Monitoramento e aprimoramento.

No exercício de 2020, por meio de comunicação institucional recorrente e diversificada, a Companhia promoveu a disseminação de conhecimento e conscientização dos seus colaboradores sobre os pilares do Programa de Integridade e assuntos correlatos. Apesar do distanciamento social, a Companhia realizou sua 2ª Semana da Integridade, de forma totalmente digital, com diversas informações e atividades para engajar seus colaboradores.

O Programa de Integridade, juntamente com os códigos, políticas e regulamentos correlatos, bem como o Relatório Integrado e a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, estão disponíveis no sítio eletrônico da Companhia.

A Companhia entende que as boas práticas de governança corporativa transcendem o mero atendimento a obrigações legais para agregar grandes melhorias de gestão e transparência. Com esse pensamento, a Administração busca melhorar continuamente suas práticas de governança, como uma forma de agregar valor para os acionistas, clientes, investidores, funcionários e demais partes interessadas.

9. AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

10. AGRADECIMENTOS

A Diretoria da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o período em análise e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores, responsáveis pela consecução dos objetivos atingidos.

Belo Horizonte, 18 de março de 2021

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
MGI Minas Gerais Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGI - Minas Gerais Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos direitos creditórios autônomos

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do Estado de Minas Gerais, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Estado. A realização desses créditos, no valor de R\$942.079 mil em 31 de dezembro de 2020, depende da efetivação do fluxo de recebimentos previsto.

Conforme mencionado na nota explicativa 7 c), os direitos creditórios são atualizados financeiramente e contabilizados pelo valor justo. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo dos direitos creditórios e as atualizações financeiras são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que foram gerados. A atualização financeira é feita de acordo com as legislações e resoluções fiscais aplicáveis sobre o montante inicial de cada parcelamento. O valor justo dos direitos creditórios é determinado pela exposição da carteira no momento da inadimplência (default), descontada a perda estimada e o valor nominal do fluxo de pagamentos.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria tendo em vista a relevância dos saldos dos direitos creditórios autônomos, o volume de transações, os impactos fiscais e o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela Administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos relacionados à estimativa de valor justo dos direitos creditórios autônomos; (b) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (c) recálculo independente e confronto do valor justo com o total do passivo relativo às debêntures incentivadas; (d) recálculo da atualização financeira dos direitos creditórios autônomos; (e) envolvimento dos nossos especialistas tributários; (f) confirmação externa da carteira de direitos creditórios autônomos; e (g) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os direitos creditórios autônomos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios autônomos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 1 e 7 c), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 18 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Bruno Costa Oliveira
Contador CRC-1BA031359/O-8

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.925	11.409
Títulos e valores mobiliários	6	70.167	82.723
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	190.016	151.905
Opções flexíveis de venda	8	30	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7.a	10	235
Tributos a compensar	9	8.133	14.459
Imóveis para venda		2.347	2.627
Outras contas		63	1.680
Total do ativo circulante		288.691	265.038
Títulos e valores mobiliários	6	115.152	137.635
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	1.999.193	1.898.007
Opções flexíveis de venda	8	25.827	31.469
Tributos a compensar	9	26.347	21.170
Depósitos judiciais	10	2.664	3.179
Outros investimentos	11	130.307	44.068
Imobilizado		48	37
Intangível		2	72
Total do ativo não circulante		2.299.540	2.135.637
Total do ativo		2.588.231	2.400.675

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar		186	253
Salários e encargos sociais		1.082	991
Tributos a recolher		3.309	2.613
Opções flexíveis de compra	8	45.870	26.500
Debêntures	12	62.387	74.151
Obrigações por repasse	13	29.329	33.571
Total do passivo circulante		142.163	138.079
Opções flexíveis de compra	8	437.166	391.263
Debêntures	12	1.467.408	1.414.286
Obrigações por repasse	13	2.427	11.200
Passivo fiscal diferido	14	7.711	2.415
Total do passivo não circulante		1.914.712	1.819.164
Total do passivo		2.056.875	1.957.243
Patrimônio líquido	16		
Capital social		1.186.637	1.145.550
Ações em tesouraria		(5)	(5)
Prejuízos acumulados		(671.833)	(708.388)
Ajuste de avaliação patrimonial		16.557	6.275
Total do patrimônio líquido		531.356	443.432
Total do passivo e patrimônio líquido		2.588.231	2.400.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações)

			Controladora	Consolidado
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Receita	17	117.278	163.398	164.315
Custos	18	(161.503)	(201.936)	(202.771)
Resultado bruto		(44.225)	(38.538)	(38.456)
Despesas administrativas		(10.300)	(8.044)	(8.722)
Outras receitas (despesas)		249	556	556
Perda/reversão na recuperação de direitos creditórios	7.c	39.913	33.303	33.303
Resultado de equivalência patrimonial		-	(719)	-
Perda/reversão de perdas em participações societárias	11	489	(131)	(131)
Resultado de ajustes a valor justo	20	47.983	(2.578)	(2.578)
Perdas com parcerias público privadas		-	-	(156)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		34.109	(16.151)	(16.184)
Receitas financeiras	19	4.352	8.012	8.045
Despesas financeiras	19	(12)	(355)	(355)
Receita (despesas) financeiras, líquidas		4.340	7.657	7.690
Resultado antes dos impostos		38.449	(8.494)	(8.494)
Impostos de renda	14	(1.377)	-	-
Contribuição social	14	(517)	-	-
		(1.894)	-	-
Resultado do exercício		36.555	(8.494)	(8.494)
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)	16.e	63,64	(14,79)	(14,79)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Resultado do exercício		36.555	(8.494)	(8.494)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Outros resultados abrangentes		10.282	(347)	(347)
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	11	15.578	(526)	(526)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	14.b	(5.296)	179	179
Resultado abrangente total		46.837	(8.841)	(8.841)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social			Reclassificações PPP's e convênios	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste avaliação patrimonial	Total
		Capital social	Capital social a realizar	Afac					
Saldo em 31 de dezembro de 2018		3.542.798	(453.092)	6.476	(2.015.480)	(5)	(699.894)	6.622	387.425
Aumento de capital	16.a	-	73.695	(6.476)	-	-	-	-	67.219
Prejuízo do exercício	16.e	-	-	-	-	-	(8.494)	-	(8.494)
Variação no valor justo dos investimentos	11.a	-	-	-	-	-	-	(526)	(526)
Tributos s/variação no valor justo dos investimentos	14.b	-	-	-	-	-	-	179	179
Reclassificação para obrigações por repasses - PPPs		-	-	-	(2.371)	-	-	-	(2.371)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		3.542.798	(379.397)	-	(2.017.851)	(5)	(708.388)	6.275	443.432
Aumento de capital	16.a	-	41.087	-	-	-	-	-	41.087
Lucro líquido do exercício	16.e	-	-	-	-	-	36.555	-	36.555
Variação no valor justo dos investimentos	11.a	-	-	-	-	-	-	15.578	15.578
Tributos s/variação no valor justo dos investimentos	14.b	-	-	-	-	-	-	(5.296)	(5.296)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		3.542.798	(338.310)	-	(2.017.851)	(5)	(671.833)	16.557	531.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício		36.555	(8.494)	(8.494)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização		85	103	103
Redução ao valor recuperável	7.c	(39.913)	(33.303)	(33.303)
Resultado de ajustes a valor justo		17.539	38.322	38.322
Resultado de equivalência patrimonial		-	719	-
Perdas de parcerias público privadas		-	-	156
Provisão/reversão de Perdas de Investimentos	11	(489)	131	131
Encargos financeiros de contrato de opções	18	15.412	17.210	17.210
Custo de transação a amortizar	18	405	405	405
Variação monetária líquida		15.572	44.962	44.962
		45.166	60.055	59.492
(Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto JSCP e dividendos)	7	(7.874)	31.412	30.831
(Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	7.a	225	201	201
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	6	35.039	(43.019)	(43.019)
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	9	1.149	(1.259)	(1.036)
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	10	515	3	3
(Aumento)/Diminuição de imóveis para venda		280	216	1.015
(Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo		1.617	(47)	(11)
Aumento/(Diminuição) de fornecedores		(67)	(2)	(7)
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais		91	11	(370)
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher		696	508	672
Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses	13	(4.531)	(1.054)	(1.097)
Recebimentos de créditos autônomos	7c	13.747	69.418	69.418
Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão	12	(48.503)	(63.275)	(63.275)
Amortizações de debêntures 5ª emissão	12	(48.152)	(24.076)	(24.076)
Amortização do contrato de opções flexíveis		(15.412)	(17.210)	(17.210)
Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais		(26.014)	11.882	11.531
Aquisição de investimento		(46)	(69.357)	(69.357)
Aquisições imobilizado/intangível		(28)	(151)	(151)
Venda de ativo imobilizado		2	-	-
Caixa oriunda de incorporação de controlada		-	41	-
Caixa usado em atividades de investimento		(72)	(69.467)	(69.508)
Integralização de capital	16	32.602	67.219	67.219
Obrigação por repasse - convênio		-	(2.371)	(2.371)
Caixa proveniente de atividades de financiamento		32.602	64.848	64.848
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		6.516	7.263	6.871
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		11.409	4.146	4.538
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		17.925	11.409	11.409
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		6.516	7.263	6.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Receitas de serviços	1.749	2.599	3.610
Receitas de recuperação de créditos	6.457	3.420	3.420
Receitas de atualização de crédito	46.066	66.147	66.147
Outras receitas	249	556	556
Receitas	54.521	72.722	73.733
Custos dos produtos e serviços vendidos	(280)	(216)	(1.016)
Custos processuais	(150)	(1.035)	(1.035)
Serviços tomados de terceiros	(3.306)	(1.439)	(1.547)
Despesas administrativas	(1.182)	(1.420)	(1.725)
Perdas de parcerias público privadas	-	-	(156)
Provisão para perdas de investimentos	-	(131)	(131)
Encargos financeiros contratuais	-	(70)	(70)
Perda/recuperação de valores ativos	39.913	33.303	33.303
Insumos adquiridos de terceiros	34.995	28.992	27.623
Valor adicionado bruto	89.516	101.714	101.356
Depreciação e amortização	(85)	(103)	(103)
Valor adicionado líquido	89.431	101.611	101.253
Resultado de equivalência patrimonial	-	(719)	-
Resultado de ajustes a valor justo	(17.539)	(38.322)	(38.322)
Receitas de participações acionárias	56.429	63.785	63.785
Reversão de provisão de perdas em participações acionárias	489	-	-
Receitas financeiras	6.810	11.627	11.662
	46.189	36.371	37.125
Valor adicionado total a distribuir	135.620	137.982	138.378
Remuneração direta	5.616	5.106	5.106
Benefícios	882	834	834
FGTS	401	391	391
Pessoal	6.899	6.331	6.331
Remuneração direta	1.063	1.324	1.540
FGTS	85	68	72
Diretoria e conselhos	1.148	1.392	1.612
Federais	9.816	7.973	8.112
Estaduais	-	-	177
Municipais	109	140	-
Impostos, taxas e contribuições	9.925	8.113	8.289
Aluguéis	44	44	44
Obrigação por repasse	3.587	1.574	1.574
Despesas financeiras	7	297	297
Juros	61.638	111.110	111.110
Custo de transação de debêntures	405	405	405
Encargos financeiros com opções	15.412	17.210	17.210
Remuneração de capitais de terceiros	81.093	130.640	130.640
Resultado do exercício	36.555	(8.494)	(8.494)
Remuneração de capitais próprios	36.555	(8.494)	(8.494)
Distribuição do valor adicionado	135.620	137.982	138.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2020
(em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”) e com sede em Belo Horizonte/MG.

A MGI tem como objeto social:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;

- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios (“créditos em liquidação”), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as receitas provenientes da recuperação de créditos totalizaram R\$6.457 e R\$3.420, respectivamente (vide nota 17).

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$942.079 em 31 de dezembro de 2020, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência (vide nota 7.c).

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 (“Debêntures Subordinadas”) (vide nota 12), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000, cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela: (i) alienação fiduciária de 7.018.464 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4), de titularidade da MGI, (ii) pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 83.622.140 ações CMIG4s (vide nota 11.a), e (iii) pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o CPC 26(R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis e com a norma internacional IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras - DF.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2021.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em controlada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado e em outros resultados abrangentes; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com o CPC/IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, e as informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 – Opções flexíveis de ações
- Nota 11 – Outros investimentos
- Nota 12 – Debêntures
- Nota 13 – Obrigações por repasse

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. A Companhia incluía nas demonstrações financeiras consolidadas a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, que teve sua incorporação concretizada pela Companhia em 10 de julho de 2019. Consequentemente, a partir dessa data, a Companhia passou a não ser requerida a apresentar balanço patrimonial consolidado, remanescendo a apresentação das demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado representando as respectivas transações até a data da incorporação da EMIP.

Sendo assim, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas correspondentes de 31 de dezembro de 2019, foram utilizadas as demonstrações financeiras individuais da ex-subsidiária integral (EMIP), as quais são consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados da empresa incluída na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Conforme o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender a ambas condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial, a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA, como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e obrigações por repasse (notas 12 e 13).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada nos quatro primeiros meses do exercício subsequente, conforme definido no Estatuto Social e na Política de Distribuição de Dividendos.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos e identificados como não tendo sofrido perda de valor são avaliados coletivamente para possibilitar a constatação de qualquer perda no valor.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma subconta dos recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos (vide nota 7.c), e crédito a receber junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (vide nota 7.e).

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de *default*, conforme estabelecido na nota explicativa 7.c.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

e. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço, que ocorre mensalmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a SEF e para o contrato de suporte administrativo celebrado com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”). Para o contrato de alienação de imóveis, celebrado com a SEF, é considerado como mês base da prestação de serviço a data de finalização do processo de venda dos imóveis, sobre a qual a Companhia recebe uma comissão.

ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, de aplicações em fundos e em CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

g. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

h. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

i. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

j. Novas normas e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esta não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC o Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de debêntures existentes podem exigir renegociação.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4.1 Mensuração

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (vide nota 23).

b. Direito Creditório – Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.f refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações das ações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

4.2 Divulgação

Direitos de Créditos Autônomos

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a perda estimada da carteira (PE), calculada conforme nota explicativa 23, subtraído o Ajuste a Valor Justo (AVJ), explicado na nota 7.c. Os valores obtidos estão demonstrados abaixo:

	Exposição da Carteira (EAD)	Perda Estimada (PE)	Ajuste a Valor Justo (AVJ)	Valor Justo DCA (EAD - PE - AVJ)
31/12/2019	1.873.180	(1.018.762)	(13.207)	841.211
31/12/2020	1.923.685	(978.849)	(2.757)	942.079

a. Debêntures Subordinadas

As debêntures subordinadas são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos, na medida em que a diferença entre o valor da emissão (R\$1.819.000) e o valor justo da carteira cedida pelo EMG em troca das debêntures emitidas pela MGI, no reconhecimento inicial (R\$1.084.000), é tratada como encargo financeiro.

b. Debêntures de 5ª Emissão

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	128	3
Aplicações financeiras	17.797	11.406
	17.925	11.409

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Caa1 e Aa1, baseado na escala nacional da agência Moody’s.

6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras vinculadas a pagamentos de:		
Convênios	a. 7.374	8.166
Debêntures	b. 62.793	74.557
Circulante	70.167	82.723
Aplicações financeiras vinculadas aos pagamentos de:		
Debêntures	b. 115.152	137.635
Não circulante	115.152	137.635
Total	185.319	220.358

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados como custo amortizado e referem-se a:

- Valor referente aos saldos das aplicações financeiras destinadas aos pagamentos de convênios.
- As aplicações financeiras estão vinculadas aos pagamentos das debêntures da quinta emissão. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas na respectiva escritura. A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

7 Contas a receber e outros créditos

		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019
JCP/Dividendos a receber - parte relacionada	a.	-	235
JCP/Dividendos a receber		10	-
Valores a receber de clientes - parte relacionada	b.	430	662
Outras contas a receber – diversos		249	207
Créditos a recuperar		14	14
Direitos de Créditos Autônomos – parte relacionada	c.	9.042	20.653
Contas a receber - Credit Suisse	g.	28.089	20.065
Direitos Creditórios - Credit Suisse	f.	152.192	110.304
Circulante		190.026	152.140
Direitos de Créditos Autônomos	c.	933.037	820.558
Contas a receber do EMG	d.	-	271
Outras Contas a receber – diversos		810	770
Créditos a receber - Goes Cohabita	e.	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	e.	(5.105)	(5.105)
Direitos Creditórios - Credit Suisse	f.	1.065.346	1.076.408
Não Circulante		1.999.193	1.898.007
Total		2.189.219	2.050.147

- a) Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem dos investimentos da Companhia em partes relacionadas.
- b) Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2020 que a Companhia possui com o EMG referente contratos de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”).
- c) Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a SEF e a AGE, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (conforme nota explicativa 13.d).

O valor nominal adquirido de R\$1.819.000 teve como contrapartida a emissão das debêntures subordinadas, no mesmo valor, registradas no passivo a longo prazo.

Os Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de dezembro de 2020.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Movimen- -tação	Renego- -ciação (AVJ)	Variação AVJ e impairment	Atualização Monetária	Recebi- -mentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 31/12/2020
Circulante	20.653	(43.084)	-	-	44.949	(11.507)	(1.969)	9.042
Não Circulante	1.852.527	43.084	17.915	-	1.117	-	-	1.914.643
Ajuste a valor justo	(13.207)	-	-	10.450	-	-	-	(2.757)
Impairment acumulado	(1.018.762)	-	-	39.913	-	-	-	(978.849)
Totais	841.211	-	17.915	50.363	46.066	(11.507)	(1.969)	942.079

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou a baixa do valor de R\$1.969 no valor da carteira referente a créditos arrecadados diretamente pelo EMG (R\$9.390 em 31/12/2019). Esses valores são transferidos para a rubrica contas a receber do EMG (nota 7c), da qual são baixados após o efetivo repasse para a MGI mensalmente.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 23.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS	
CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos, mas não rompidos	
A vencer	481
Até 12 meses	8.561
de 12 a 24 meses	7.723
de 24 a 36 meses	5.946
de 36 a 48 meses	6.489
de 48 a 60 meses	5.890
Após 60 meses	17.726
Total do valor nominal atualizado	52.816
Direitos Creditórios Rompidos (1)	1.870.869
Ajustes a valor justo (2)	(2.757)
Impairment acumulado (3)	(978.849)
Total	942.079

- (1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas de parcelamento.
- (2) Refere-se ao custo de transação da carteira, dado pela diferença entre o custo de aquisição da carteira e seu valor justo no reconhecimento inicial, e é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.
- (3) Diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31 de dezembro de 2020.

Impacto do COVID-19 na Carteira de Direitos de Créditos Autônomos - DCA

O COVID-19 causou e vem causando impactos na economia, diante da situação de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual reforçou a necessidade de implementação de medidas de distanciamento social que impactam negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de oportunidades no mercado de trabalho e fechamento de lojas e instalações. Isso para o Estado de Minas Gerais é prejudicial, pois é daí a sua maior obtenção de receita, que é o recolhimento do imposto ICMS que incide sobre as mercadorias e serviços vendidos.

Esses impactos econômicos geraram reflexos na carteira de Direitos de Crédito Autônomos, cujas alterações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 encontram-se apresentadas a seguir:

Carteira Ativa			
Mês	Carteira Ativa*	Variação Mensal (R\$)	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	80.044	-	-
Janeiro/2020	78.834	(1.210)	(1,51)
Fevereiro/2020	86.266	7.432	9,43
Março/2020	74.818	(11.448)	(13,27)
Abril/2020	53.475	(21.341)	(28,52)
Maio/2020	44.156	(9.319)	(17,42)
Junho/2020	42.983	(1.173)	(2,66)
Julho/2020	45.865	2.882	6,70
Agosto/2020	50.653	4.788	10,44
Setembro/2020	50.344	(309)	(0,61)
Outubro/2020	52.145	1.801	3,45
Novembro/2020	54.332	2.187	4,03
Dezembro/2020	52.816	(1.515)	(2,87)

*Carteira líquida

Carteira de Créditos Rompidos			
Mês	Rompidos	Variação Mensal (R\$)	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	1.793.136	-	-
Janeiro/2020	1.798.441	5.305	0,29
Fevereiro/2020	1.798.486	45	0,003
Março/2020	1.807.999	9.513	0,53
Abril/2020	1.833.379	25.380	1,40
Maio/2020	1.848.934	15.555	0,85
Junho/2020	1.853.107	4.173	0,23
Julho/2020	1.853.455	348	0,02
Agosto/2020	1.856.879	3.424	0,18
Setembro/2020	1.864.366	7.487	0,40
Outubro/2020	1.862.236	(2.131)	(0,11)
Novembro/2020	1.866.443	4.207	0,23
Dezembro/2020	1.870.869	4.426	0,24

Recebimentos Mensais (*)			
Mês	Recebimentos	Variação Mensal (R\$)	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	2.123	-	-
Janeiro/2020	2.087	(36)	(1,72)
Fevereiro/2020	1.990	(97)	(4,65)
Março/2020	1.452	(537)	(27,00)
Abril/2020	1.160	(292)	(20,11)
Maio/2020	1.215	55	4,74
Junho/2020	1.279	64	5,26
Julho/2020	1.941	662	51,76
Agosto/2020	935	(1.006)	(51,83)
Setembro/2020	784	(151)	(16,15)
Outubro/2020	707	(77)	(9,82)
Novembro/2020	719	12	1,70
Dezembro/2020	730	11	1,53

(*) Os recebimentos apresentados neste quadro, consideram como data base, a data de pagamento pelos contribuintes conforme arquivo fornecido pela SEF. Os valores diferem do apresentado na nota 7.c, em razão do *delay* entre a data de pagamento e a entrada no caixa da MGI.

Conforme se verifica nos demonstrativos acima, houve um relevante aumento da inadimplência desde o início da pandemia, ocasionando acentuada redução da carteira ativa devido à migração de créditos ativos para rompidos. Como consequência, observa-se uma forte queda nos recebimentos. Percebe-se uma acentuada queda no mês de abril, mas, a partir de maio, com uma certa flexibilização do isolamento e a reabertura de parte do comércio, nota-se o início de uma recuperação, com a desaceleração do crescimento dos créditos rompidos e um singelo crescimento nos recebimentos e em julho os recebimentos praticamente retomam os níveis de janeiro e fevereiro, e uma forte queda nos recebimentos de agosto a dezembro de 2020, provavelmente resultado da retração econômica no Estado de Minas.

- d) Os créditos a receber do Estado de Minas Gerais referem-se a pagamentos de direitos de créditos autônomos efetuados pelos contribuintes diretamente na conta do Estado, através de DAE e outros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi repassado à MGI, pelo EMG, o valor de R\$2.240.
- e) Em 1989, a MGI alienou o controle acionário do Banco Agrimisa S.A. para a Góes Cohabita Participações Ltda. Em 1990 foi ajuizada Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, ainda em trâmite, visando anular a operação de alienação citada. Considerando este fato, o Conselho de Administração da Companhia, de forma a prevenir os efeitos de eventual sucesso da Ação Popular, deliberou pela provisão da perda total do crédito, em 20 de junho de 2002, conforme Ata da 95ª Reunião.

- f) Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 83.622.140 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (BICS) de devolvê-las, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações. Em janeiro de 2020, ocorreu o vencimento da 2ª tranche das opções de compra e venda, e com isso, deveria haver a devolução de 4.878.571 ações CMIG4 para a MGI, porém decidiu-se fazer o 7º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4, com o BICS devolvendo apenas a diferença entre a quantidade que deveria devolver e a quantidade de ações que deveria receber da MGI (1.758.293 ações), resultando em 3.120.278 ações CMIG4 devolvidas a MGI no valor de R\$43.028. Já em julho de 2020, com o vencimento da 3ª tranche das opções de compra e venda, o BICS autorizou a devolução de 4.878.571 ações CMIG4 cumprindo com normas do Contrato de Empréstimos de Ações. No mesmo mês ocorreu Aviso de Acionistas da CEMIG, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da CEMIG, que deliberou uma bonificação de 4,113103% em novas ações, o que ocasionou um aumento de 3.210.561 ações CMIG4 emprestadas. No mesmo aviso, ocorreu também a deliberação de distribuição de Dividendos, acarretando a Companhia a emprestar mais 1.727.328 ações da Cemig (1.357.042 ações pertencentes à Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 370.286 ações da bonificação ocorrida em julho de 2020). Em setembro de 2020, outro Aviso de Acionistas da CEMIG deliberando a distribuição de Juros sobre Capital Próprio motivou o empréstimo de mais 627.105 ações da Cemig.

A MGI, baseando-se no CPC 48 – Instrumentos financeiros, apurou ganho de ajuste a valor justo sobre 83.622.140 ações da CEMIG emprestadas ao Credit Suisse, lançado diretamente em conta de resultado. O quadro abaixo destaca as informações:

	Quantidade de ações em 31/12/2019	Quantidade de ações em 31/12/2020	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Aumento (redução) do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2020
Cemig	86.055.995	86.055.995	13,79	14,56	0,77	1.186.712	-	66.263	1.252.975
Cemig (i)	-	3.580.847	0,00	14,56	14,56	-	-	52.137	52.137
Cemig (ii)	-	(4.144.683)	13,96	14,56	0,60	-	(57.841)	(2.506)	(60.347)
Cemig (iii)	-	(1.870.019)	6,57	14,56	7,99	-	(12.286)	(14.941)	(27.227)
Cemig (iv)	-	-	13,20	14,56	1,36	-	-	-	-
Totais	86.055.995	83.622.140				1.186.712	(70.127)	100.953	1.217.538
Circulante	7.998.849	10.452.748				110.304			152.192
Não circulante	78.057.146	73.169.392				1.076.408			1.065.346

- (i) Bonificação de ações deliberada pela Cemig em julho de 2020;
- (ii) Ações devolvidas do empréstimo em janeiro e em julho de 2020, referente aos vencimentos, da 2ª e 3ª tranches das opções flexíveis, cuja aquisição ocorreu em janeiro de 2019 (4.144.683);
- (iii) Ações devolvidas do empréstimo de ações em julho de 2020 referente vencimento da 3ª tranche das opções flexíveis, cuja aquisição ocorreu em novembro de 2017 (3.328.512) / parcialmente emprestadas em outubro e novembro de 2020 (1.458.493);
- (iv) Ações devolvidas do empréstimo de ações em janeiro e julho de 2020 referente vencimento, da 3ª tranche das opções flexíveis, cuja aquisição tenha ocorrido por meio de aumento de capital pelo acionista Estado de Minas Gerais em fevereiro de 2014 (525.654) / parcialmente emprestadas em outubro e novembro de 2020 (525.654).

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2018	Quantidade de ações em 31/12/2019	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2018 (R\$)	Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2019
Cemig	81.911.347	81.911.347	13,86	13,79	(0,07)	1.135.292	-	(5.733)	1.129.558
Cemig (*)		228.800	6,57	13,79	7,22	-	1.503	1.652	3.155
Cemig (**)		3.915.848	13,96	13,79	(0,17)	-	54.647	(648)	53.999
Totais	81.911.347	86.055.995				1.135.292	56.150	(4.730)	1.186.712
Circulante	-	7.998.849				-			110.304
Não circulante	81.911.347	78.057.146				1.135.292			1.076.408

(*) Ações adquiridas no exercício de 2017 e emprestadas em janeiro de 2019.

(**) Ações adquiridas e emprestadas em janeiro de 2019.

- g) As contas a receber do Credit Suisse, no montante de R\$28.089, referem-se a dividendos e JCP correspondentes às ações CMIG4 emprestadas pela MGI ao Credit Suisse, a serem pagos pela CEMIG em duas parcelas, até 31 de dezembro de 2021. No exercício de 2020 foi declarado o montante de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio, sendo a parcela referente à MGI o montante de R\$54.788. Conforme cláusula 3.3 do contrato de empréstimo de ações, os proventos líquidos efetivamente recebidos pelo Credit Suisse, relativos às ações emprestadas, serão ressarcidos à MGI em até 01 (um) dia útil após a solicitação formal pela Companhia.

8 Opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores à data de vencimento de cada opção. A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2020:

Data de Vencimento	Opções de Venda				Opções de Compra			
	Lançador	Titular	Q uantidade	Preço de Exercício (R\$)	Lançador	Titular	Q uantidade	Preço de Exercício (R\$)
12/01/2021	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
12/07/2021	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
12/01/2022	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
12/07/2022	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
12/01/2023	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
12/07/2023	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
12/01/2024	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
12/07/2024	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
13/01/2025	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
14/07/2025	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
12/01/2026	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
13/07/2026	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
12/01/2027	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
12/07/2027	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
12/01/2028	Credit Suisse	MGI	5.226.383	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.383	10,36
12/07/2028	Credit Suisse	MGI	5.226.395	5,08	MGI	Credit Suisse	5.226.395	10,36
TO TAL			83.622.140				83.622.140	

Conforme estabelecido no Contrato de Hedge, em sua cláusula 6 “Ajustes Adicionais”, toda vez que ocorrer anúncio de pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos pela CEMIG referentes às ações preferenciais da companhia (CMIG4), a quantidade e o preço de exercício das opções devem ser ajustados de acordo com este contrato.

Fica acordado que, caso o Credit Suisse solicite o novo empréstimo de ações CMIG4s devido aos ajustes adicionais, a quantidade de ações emprestadas deve ser pelo menos igual ao somatório das quantidades de opções flexíveis de compra então vigentes.

O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em janeiro de 2020, ocorreu o vencimento da 2ª tranche das opções flexíveis de compra e de venda. Como o preço médio da ação (no valor de R\$14,12) foi superior ao preço de exercício das Opções Flexíveis de Compra (valor de R\$11,10), a Companhia efetuou o pagamento no valor total de R\$14.736 ao Credit Suisse, equivalente à diferença do preço de liquidação em relação ao de exercício no valor de R\$3,02 multiplicado pela quantidade de 4.878.571 opções.

Em julho de 2020, com o vencimento da 3ª tranche das opções flexíveis de compra e de venda e o preço médio da ação (no valor de R\$11,237) superior ao preço de exercício das Opções Flexíveis de Compra (valor de R\$11,0984), a Companhia, cumprindo com suas obrigações do Contrato de Opções, efetuou o pagamento no valor total de R\$676 ao Credit Suisse, equivalente à diferença do preço de liquidação em relação ao de exercício no valor de R\$0,1386 multiplicado pela quantidade de 4.878.571 opções.

Em 31 de julho de 2020, a Cemig deliberou distribuição de dividendos e declarou aumento do Capital Social com emissão de novas ações, gerando distribuição aos acionistas de bonificação em ações CMIG4. Esse aviso aos acionistas da Cemig ocasionou um aumento de 1.727.328 ações CMIG4 (1.357.042 ações pertencentes à Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 370.286 ações da bonificação ocorrida em julho de 2020) a serem emprestadas para o BICS em cumprimento no disposto na cláusula 6 do Contrato de Hedge.

Em 22 de setembro de 2020, a Cemig anunciou aos acionistas declaração de juros sobre capital próprio, gerando mais um aumento de 627.105 ações CMIG4 a emprestar para o BICS em cumprimento à cláusula 6 do Contrato de Hedge.

A tabela abaixo apresenta o valor justo das opções, apurado por meio de cálculo usando a calculadora “OVME” do terminal Bloomberg:

Data de Vencimento	Volatilidade	Opções de Venda			Opções de Compra		
		Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)
12/01/2021	57,44%	0,00	5.226.383	-	4,20	5.226.383	21.944
12/07/2021	57,44%	0,01	5.226.383	30	4,58	5.226.383	23.926
12/01/2022	45,05%	0,01	5.226.383	71	4,61	5.226.383	24.069
12/07/2022	45,05%	0,05	5.226.383	260	4,90	5.226.383	25.596
12/01/2023	44,57%	0,10	5.226.383	501	5,14	5.226.383	26.843
12/07/2023	44,57%	0,15	5.226.383	782	5,36	5.226.383	28.036
12/01/2024	45,61%	0,22	5.226.383	1.165	5,63	5.226.383	29.437
12/07/2024	45,61%	0,28	5.226.383	1.447	5,82	5.226.383	30.406
13/01/2025	49,35%	0,42	5.226.383	2.210	6,22	5.226.383	32.508
14/07/2025	49,35%	0,48	5.226.383	2.490	6,36	5.226.383	33.246
12/01/2026	48,51%	0,49	5.226.383	2.580	6,43	5.226.383	33.609
13/07/2026	48,51%	0,53	5.226.383	2.774	6,54	5.226.383	34.185
12/01/2027	47,45%	0,53	5.226.383	2.754	6,57	5.226.383	34.314
12/07/2027	47,45%	0,55	5.226.383	2.885	6,65	5.226.383	34.731
12/01/2028	47,01%	0,56	5.226.383	2.910	6,69	5.226.383	34.946
12/07/2028	47,01%	0,57	5.226.395	2.998	6,74	5.226.395	35.240
TOTAL			83.622.140	25.857		83.622.140	483.036
Circulante			10.452.766	30		10.452.766	45.870
Não Circulante			73.169.374	25.827		73.169.374	437.166

Segue abaixo demonstrativo do ajuste a valor justo das opções flexíveis reconhecidos diretamente no resultado:

	31/12/2019	AVJ (nota 20)	31/12/2020
Opções de Venda	31.469	(5.612)	25.857
Opções de Compra	417.763	65.273	483.036

Impacto do COVID-19 nas Opções

Devido à propagação do COVID-19, houve uma piora do cenário econômico com a redução da atividade econômica em todo o país afetando as empresas e consequentemente a Bolsa de valores, em que a MGI possui ações preferenciais da CEMIG (“CMIG4”), bem como opções flexíveis de compra e venda sobre ações CMIG4 listadas na B3, e que afetam o Índice de Cobertura utilizado para cálculo da suficiência das garantias das debêntures da 5ª emissão.

	31/12/2019	31/03/2020	30/06/2020	30/09/2020	31/12/2020
Cotação da CEMIG	13,79	8,91	11,02	10,10	14,56
Opções de Compra	417.763	180.960	324.596	256.850	483.036
Opções de Venda	31.469	57.841	42.380	43.136	25.857
Diferença das Opções	386.294	123.119	282.216	213.714	457.179

As ações da Cemig, assim como a grande maioria das ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, sofreram grandes oscilações no valor de mercado com o avanço da pandemia causado pelo COVID-19 e acabou fechando o ano com ganho, comparado ao fechamento do ano anterior. As opções flexíveis de ações, instrumento utilizado pela Companhia para proteção do investimento na CMIG4 para casos de grandes oscilações, apresentaram tendência contrária a das ações, movimento natural dessa ferramenta, e acabaram incorrendo em perda de valor justo de R\$70.885 no total (R\$0,85 por ação emprestada) no exercício de 2020, neutralizando parcialmente o ganho no valor de mercado das ações da CMIG4 de R\$1,21 por ação no mesmo período, isto considerando as bonificações, empréstimos e devoluções de ações, que montou R\$100.953.

9 Tributos a compensar

		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL-INSS	a.	3.157	7.725
Imposto de renda e Contribuição social - estimativa		-	
Tributos retidos	b.	4.976	6.734
Outros Tributos a Recuperar		-	
Ativo Circulante		8.133	14.459
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL-INSS	a.	26.347	21.170
Tributos retidos		-	
Ativo Não Circulante		26.347	21.170
Total		34.480	35.629

a. Tributos a compensar – IRPJ/CSLL

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, em exercícios anteriores, sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP não compensados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica devido à Companhia estar apresentando prejuízo fiscal desde o exercício de 2014. O saldo remanescente será restituído e ou compensado à medida que novos tributos a recolher (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e outros) forem apurados. A Companhia solicitou no exercício de 2020 o valor de R\$29.504 por meio de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

b. Tributos retidos

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP, a serem compensados com o próprio tributo.

10 Depósitos judiciais

		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019
Cível	(a)	2.664	3.179
Total		2.664	3.179

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras on-line”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência.

11 Outros investimentos

Os investimentos apresentaram a seguinte movimentação:

Controladora e Consolidado								
	CEMIG	COPASA	BDMG	GERDAU S.A	GERDAU OUTRAS	CODE MGE	OUTROS	TOTAL
Saldos em 31/12/2019	13.842	10.515	16.087	1.189	2.413	16	6	44.068
Aquisição de Ações	-	-	46	-	-	-	-	46
Custo das ações emprestadas	(16.521)	-	-	-	-	-	-	(16.521)
AVJ das ações emprestadas	(7.259)	-	-	-	-	-	-	(7.259)
Devolução de ações emprestadas (i)	86.647	-	-	-	-	-	-	86.647
AVJ de Devolução de ações emprestadas (Nota 14.b)	10.143	-	-	-	-	-	-	10.143
Ajuste a valor justo (Nota 14.b)	15.337	(2.906)	-	264	(2)	(1)	2	12.694
Impairment/(Reversão de Impairment)	-	-	489	-	-	-	-	489
Saldos em 31/12/2020	102.189	7.609	16.622	1.453	2.411	15	8	130.307

i) Devolução de ações emprestadas

Conforme consta na Cláusula 4.3 – Instrumento Particular de Contrato de empréstimo de ações preferencias, firmado entre MGI e o Credit Suisse, as CMIG4s Emprestadas, uma vez emprestadas e colocadas à disposição do BICS (Banco de Investimentos Credit Suisse) pela MGI, serão devolvidas à MGI nas quantidades e datas de devolução definidas no Anexo 3.4 (Cada uma, uma quantidade aplicável de CMIG4s e uma data de devolução, respectivamente). Neste caso, o BICS obriga-se a restituir à MGI, em cada data de devolução, a quantidade aplicável de CMIG4s nas contas vinculadas, as quais ficarão oneradas nos termos do Contrato de Garantia e conforme os procedimentos ali estabelecidos. Foram devolvidas 7.998.849 ações CMIG4 à MGI até 31 de dezembro de 2020, sendo 3.120.278 em janeiro de 2020 e 4.878.571 em julho. Foram emprestadas ao BICS 1.984.147 ações da Cemig no exercício de 2020.

Em dezembro de 2019, com a divulgação do Aviso aos Acionistas da CEMIG da declaração de Juros Sobre Capital Próprio – JCP, ocorreu ajuste nas quantidades de opções flexíveis e, consequentemente, tornou-se necessário realizar um empréstimo adicional de ações CMIG4 ao Credit Suisse, a fim de igualar o quantitativo de ações emprestadas à quantidade de opções. Toda a operação envolvendo empréstimo e devolução de ações por vencimento das tranches, quantidades e valores, estão citadas na nota 7.f.

Em julho de 2020 ocorreu Aviso de Acionistas da CEMIG, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que dentre outras, deliberou uma bonificação de 4,113103% em novas ações, aumentando em 370.286 ações CMIG4, as quais foram emprestadas ao BICS no 4º trimestre de 2020

Desta forma, o valor justo dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 está representado por 7.018.490 ações preferenciais da Cemig (36 ações livres e 7.018.454 ações bloqueadas), 463.920 ações ordinárias da Copasa, 59.422 ações da Gerdau S.A., dentre outros investimentos, e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das demonstrações financeiras, classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado (vide nota 23.1).

A MGI, baseando-se no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, apurou no exercício resultado positivo de ajuste a valor justo sobre ações da CEMIG, negativo nas ações da COPASA, e resultado positivo na GERDAU S.A. conforme detalhado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2019	Quantidade de ações em 31/12/2020	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2020
CEMIG(i)	1.003.787	1.003.787	13,79	14,56	0,77	13.842	-	773	14.615
CEMIG(ii)	-	1.870.019	6,57	14,56	7,99	-	12.286	14.941	27.227
CEMIG(iii)	-	4.144.683	13,95	14,56	0,61	-	57.840	2.507	60.347
COPASA	154.640	154.640	67,99	16,40	(51,59)	10.515	-	(7.978)	2.537
COPASA (iv)	-	309.280	-	16,40	16,40	-	-	5.072	5.072
GERDAU	59.422	59.422	20,00	24,45	4,45	1.189	-	264	1.453
Totais	1.217.849					25.546	70.126	15.579	111.251

- (i) Ações CMIG4 que já faziam parte da composição da carteira de investimentos na Cemig em 31/12/2019
- (ii) Ações CMIG4 adquiridas em novembro de 2017, devolvidas do empréstimo de ações em julho de 2020;
- (iii) Ações CMIG4 adquiridas em janeiro de 2019, devolvidas do empréstimo de ações em janeiro e julho de 2020;
- (iv) Aumento de ações devido a ocorrência de desdobramento de ações no qual o preço da ação é reduzido proporcionalmente ao aumento do número de ações.

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2018	Quantidade de ações em 31/12/2019	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2018 (R\$)	Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2018	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2019
CEMIG(*)	1.003.787	1.003.787	13,96	13,79	(0,17)	14.013	-	(171)	13.842
COPASA	154.640	154.640	61,53	67,99	6,46	9.515	-	999	10.515
GERDAU	59.422	59.422	14,82	20,00	5,18	881	-	308	1.189
						24.409	-	1.136	25.546

(*) Ações CMIG4 adquiridas em janeiro de 2019 pelo preço de mercado R\$13,9554 por ação.

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais da Cemig, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes à MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1).

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 12.b, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando ao aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Com as novas aquisições de ações e empréstimos adicionais, já mencionados acima, as ações que fazem parte do investimento da Companhia, na data destas demonstrações, encontram-se assim segregadas:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Cemig – Livres	36	71
Cemig – Bloqueadas como garantia das Debêntures da 5ª Emissão	7.018.454	1.003.716
Cemig – Empréstadas (direitos creditórios - Vide nota 7.f)	83.622.140	86.055.995
	90.640.630	87.059.782

12 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de dezembro de 2020 estão assim evidenciados:

Tipo	Saldo em 31/12/2019	Movimentação	Atualização	Amortização juros	Amortização principal	Saldo em 31/12/2020
Debêntures Subordinadas (a)						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	1.060.574	-	24.899	-	-	1.085.473
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial	(219.363)	-	75.968	-	-	(143.395)
Total	841.211	-	100.867	-	-	942.078
Debêntures 5ª emissão (b)						
Passivo circulante	74.151	47.747	37.144	(48.503)	(48.152)	62.387
Passivo não circulante	573.076	(47.747)	-	-	-	525.330
Total	647.227	-	37.144	(48.503)	(48.152)	587.717
TOTAL DE DEBÊNTURES	1.488.438	-	138.011	(48.503)	(48.152)	1.529.795
Passivo circulante	74.151	47.747	37.144	(48.503)	(48.152)	62.387
Passivo não circulante	1.414.287	(47.747)	100.867	-	-	1.467.408

a. Debêntures de 2ª Emissão - Subordinadas

Em 24 de julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e utilizadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos, o vencimento final ocorrerá em 24 de julho de 2022, sem previsão de amortizações intermediárias ordinárias, entretanto, poderão ser feitas amortizações extraordinárias, a critério da Emissora.

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como “Rompidos”, ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

b. Debêntures de 5ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie simples, com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorreu em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas.

O prazo de amortização das Debêntures da 5ª Emissão é de 204 meses a partir da data de emissão, com amortizações semestrais a partir de julho de 2019 e vencimento final em 12 de julho de 2032.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, acrescida de spread de 3,4376% a.a.

A 5ª Emissão tem como principal “covenant” o Índice de Cobertura (IC), com algumas modificações em seu cálculo, para contemplar o “valor do hedge”, dado pelo produto da quantidade de opções de venda pelo preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%.

A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias úteis após o rompimento, sendo dispensada, dessa forma, da recomposição do IC no patamar mínimo de 185%.

A Companhia acompanha o fluxo de realização e efetua o cálculo deste índice, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2020.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 7.018.454 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de titularidade da Companhia (vide nota 11); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

13 Obrigações por repasses

		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a.	8.587	9.168
Recursos da venda de imóveis de terceiros com EMG - partes relacionadas	b.	52	497
Créditos de terceiros	c.	623	2.082
Obrigações com EMG - partes relacionadas CP	d.	19.800	21.557
Obrigações com EMG - partes relacionadas LP	d.	2.160	10.644
Outras obrigações CP		267	267
Outras obrigações LP		267	556
		<u>31.756</u>	<u>44.771</u>
Circulante		29.329	33.571
Não Circulante		2.427	11.200

- Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas respeitando o limite do fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.
- Valor relativo à diferença apurada na cessão dos direitos de crédito autônomos (R\$2.160), conforme descrito na nota 7 b., obrigações por repasse relativas a devoluções de saldo remanescente de convênios encerrados, abatidos os valores repassados a novos convênios (R\$19.794) e valores a repassar referente a rendimento de aplicação financeira nas vendas de imóveis (R\$6).

14 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	38.449	(8.494)	(8.494)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	13.049	(2.888)	(2.888)
Receita de dividendos	(7.750)	(13.384)	(13.384)
Equivalência Patrimonial	-	244	-
Encargos Financeiros com opções	5.240	5.851	5.851
Provisão/Reversão para perda de investimentos	(166)	45	45
Impairment Direitos creditórios	(13.570)	(11.323)	(11.323)
Ajuste a valor justo (i)	5.962	13.029	13.029
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(837)	-	-
Programa de Alimentação do Trabalhador	(34)	-	-
Tributo diferido não constituído	-	8.426	8.670
Total Imposto de renda e contribuição social	1.894	-	-
Alíquota Efetiva	4,93%	0%	0%
Base de cálculo negativa/Prejuízo Fiscal (a)	-	24.782	25.500

- i. Ajustes a valor justo referente às ações da Cemig e Opções Flexíveis de ações, conforme consta na Demonstração do Resultado, mais amortização do reconhecimento inicial dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 7b) e Debêntures (nota 12).

a. Ativo fiscal diferido

Em relação aos créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa apuradas desde o exercício de 2014 até 31 de dezembro de 2020 assim como sobre diferenças temporárias, no valor total de R\$299.211, que seriam registrados no ativo diferido, não há perspectiva de lucros fiscais nos próximos exercícios, apesar da Companhia ter apresentado lucro fiscal no exercício de 2020. A Companhia controla os saldos somente no Lalur, conforme recomenda o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

b. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido tem como base de cálculo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados como por meio de outros resultados abrangentes conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo acumulado bruto de diferenças temporárias	22.682	7.103
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(5.670)	(1.775)
Contribuição social (9%)	(2.041)	(639)
Passivo fiscal diferido	(7.711)	(2.414)
Passivo fiscal diferido – 31 de dezembro de 2019	2.414	
Passivo fiscal diferido - 1º de janeiro de 2020	2.414	
Outros Resultados Abrangentes	15.578	
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	3.894	
Contribuição social (9%)	1.402	
Passivo fiscal diferido constituído (revertido)	5.296	
Ativo Fiscal diferido não constituído	-	
Passivo fiscal diferido - 31 de dezembro de 2020	7.711	

15. Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado junto à SEF; (iii) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG; (iv) dividendos do BDMG; (v) dividendos da Codemge; (vi) dividendos Cemig; (vii) dividendos Copasa.

		31/12/2020			
	Nota	Estado de MG	Cemig	Copasa	Total
Ativos					
Circulante:		9.472	-	-	9.472
Contas a receber, JCP e Dividendos	7.a, b e c	9.472	-	-	9.472
Não Circulante:		933.037	-	-	933.037
Contas a receber	7.c	933.037	-	-	933.037
Passivos					
Circulante		19.852	-	-	19.852
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-
Obrigações por repasse	13.b.d	19.852	-	-	19.852
Debêntures 2ª emissão		-	-	-	-
Não Circulante		944.238	-	-	944.238
Debêntures 2ª emissão	12	942.078	-	-	942.078
Obrigações por repasse	13.d	2.160	-	-	2.160

31/12/2020					
	Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Total
Receitas	1.352	54.788	53	1.293	57.486
Serviços prestados	17 1.352	-	-	-	1.352
Participações acionárias	17.b -	54.788	53	1.293	56.134
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-
Perda de Participação acionária	-	-	-	-	-
Impairment	11 -	-	489	-	489
Outros Resultados Abrangentes	11 -	18.221	-	(2.906)	15.315
Custo com Debêntures 2ª					
Emissão	12 24.899	-	-	-	24.899

31/12/2019						
	Estado de MG	Cemig	Emip	BDMG	Copasa	Total
Ativos						
Circulante:	662	235	-	-	-	897
Contas a receber, JCP e						
Dividendos	662	235	-	-	-	897
Não Circulante:	271	-	-	-	-	271
Contas a receber	271	-	-	-	-	271
Passivos						
Circulante	22.054	-	-	-	-	22.054
Obrigações por repasse	22.054	-	-	-	-	22.054
Não Circulante	851.855	-	-	-	-	851.855
Debêntures 2ª emissão	841.211	-	-	-	-	841.211
Obrigações por repasse	10.644	-	-	-	-	10.644

	31/12/2019					
	Estado de MG	Cemig	Emip	BDMG	Copasa	Total
Receitas	2.368	63.128	(719)	337	267	65.381
Serviços Prestados	2.368	-	-	-	-	2.368
Participações Acionárias	-	63.128	-	337	267	63.732
Equivalência Patrimonial	-	-	(719)	-	-	(719)
Impairment	-	-	-	(129)	-	(129)
Outros Resultados Abrangentes	-	(1.835)	-	-	1000	(835)
Encargos financeiros Debêntures						
2ª Emissão	50.989	-	-	-	-	50.989

As operações da MGI com partes relacionadas observam as diretrizes definidas em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, especialmente os requisitos da competitividade, comutatividade, equidade, conformidade e transparência.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existe remuneração baseada em ações e a remuneração acumulada do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Diretoria	608	848
Conselho de Administração	282	303
Honorários	890	1.151

A redução observada na remuneração dos administradores se deve a uma reforma administrativa realizada na Companhia, com a redução do quantitativo de diretores.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 2020, a Companhia recebeu aporte de capital do seu acionista controlador, no montante de R\$32.602 (R\$14.643 em 10 de janeiro de 2020, R\$9.959 em 17 de julho de 2020, R\$8.000 em 15 de setembro de 2020, todos aportes sem emissão de novas ações, cuja Assembleia Geral Extraordinária autorizando o aumento de capital aconteceu em 22 de dezembro de 2016), integralizando o capital. Em setembro de 2020, integralizou também o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital classificado no Passivo não Circulante no valor de R\$8.484. Com isso, a Companhia integralizou um total de R\$41.087 ao capital.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. O Capital Social é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Sua composição acionária é a seguinte:

	Posição em 31/12/2020 e 31/12/2019	
	Quantidade de Ações	%
Acionistas		
Estado Minas Gerais	574.184.398	99,9557%
BDMG	165.323	0,0288%
CEMIG	53.307	0,0093%
Ações em Tesouraria	35.860	0,0062%
Total	574.438.888	100,0000%

Em 31 de dezembro de 2020, seu capital social subscrito é de R\$3.542.798, sendo o capital social integralizado no montante de R\$3.204.488 e o capital social a integralizar no valor de R\$338.311.

Parte desse Capital Social é composto por recursos aportados pelo acionista controlador, EMG, destinados a finalidades específicas: (i) o montante de R\$1.188.995 é destinado à promoção do desenvolvimento estadual por meio de convênios celebrados com entidades públicas municipais, autarquias e fundações; (ii) o valor de R\$828.856 foi aportado pela MGI na subsidiária EMIP, agora incorporada, para fins de pagamentos de contraprestações, em nome do Estado de Minas Gerais, aos parceiros privados no âmbito das PPPs.

Nesse sentido, para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou esses aportes de capital, sendo que desse total, o valor de R\$1.188.995 foi reclassificado da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não Circulante, pois os recursos originários dessa transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

Dessa forma, o capital social em 31 de dezembro de 2020 é R\$1.186.637 (R\$1.145.550 em 31 de dezembro de 2019).

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício (quando existente), ajustado na forma da lei, conforme sua Política de Distribuição de Dividendos.

e. Resultado líquido por ação básico e diluído

	Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Média da quantidade de ações (em milhares)	574.439	574.439	574.439
Resultado do exercício	36.555	(8.494)	(8.494)
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	63,64	(14,79)	(14,79)

Não existem instrumentos financeiros com efeitos diluidores do resultado por ação em 31/12/2020 e 31/12/2019, sendo o resultado diluído equivalente ao resultado básico.

17. Receitas

		Controladora		Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Receitas de serviços		1.352	2.368	2.368
Receitas de recuperação de créditos		6.457	3.420	3.420
Receitas de atualização de créditos	a.	46.066	66.147	66.147
Receita de participação acionária	b.	56.429	63.785	63.785
Receitas de vendas de imóveis		397	231	1.242
Ajuste a valor justo de DCA 7b.		10.450	30.329	30.329
Impostos sobre serviços (ISS)		(68)	(118)	(118)
PIS/COFINS		(3.805)	(2.764)	(2.858)
Receita Total		117.278	163.398	164.315

- a. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, conforme segue:

		Controladora		Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Cemig – parte relacionada		54.788	63.128	63.128
Copasa - parte relacionada		1.293	267	267
Gerdau		262	337	337
Telefonica		1	-	-
Codemge		5	52	52
Bemge – ex Acionistas		27	1	1
BDMG		53	-	-
Total		56.429	63.785	63.785

18. Custos

		Controladora		Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Pessoal		2.945	3.346	3.346
Obrigações por repasse		3.587	1.574	1.574
Serviços de terceiros		1.057	803	803
Custas judiciais		150	1.035	1.035
Juros sobre debêntures	a.	61.638	111.110	111.110
Encargos financeiros contratuais		-	70	70
Encargos financeiros com opções	b.	15.412	17.210	17.210
Amortização de custos de transação		405	405	405
Ajuste amortização rec. inicial debêntures		75.968	66.073	66.073
Custos dos imóveis vendidos	c.	280	216	1.051
Demais custos		61	94	94
Custos Total		161.503	201.936	202.771

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão) e Debêntures de 5ª Emissão.
- b. Refere-se a valores pagos pelo exercício de opções flexíveis de compra (nota 8).
- c. Refere-se ao custo dos imóveis incorporados da subsidiária EMIP e vendidos no exercício.

19. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Receitas Financeiras			
Receitas aplicações financeiras	5.543	10.065	10.072
Receitas de atualização de créditos	1.267	1.559	1.587
Juros ativos	-	3	3
PIS/COFINS	(2.458)	(3.615)	(3.617)
	4.352	8.012	8.045
Despesas Financeiras			
IOF	(5)	(58)	(58)
Outras despesas	(7)	(297)	(297)
	(12)	(355)	(355)
Resultado Financeiro Líquido	4.340	7.657	7.690

20. Resultado de ajustes a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Ajustes a valor justo				
Ganho (perda) de AVJ ações da Cemig Emprestadas	7.f	100.953	(4.730)	(4.730)
Ganho (perda) de AVJ das opções de venda	8	(5.612)	(5.914)	(5.914)
Ganho (perda) de AVJ das opções de compra	8	(65.273)	(4.370)	(4.370)
Ganho de AVJ dos Direitos de Crédito Autônomos	7c	17.915	12.436	12.436
		47.983	(2.578)	(2.578)

21. Convênios

No período compreendido entre outubro de 2013 e dezembro de 2015, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, vários aumentos de capital, totalizando o montante de R\$1.085.624, totalmente integralizado, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, com o objetivo de promover por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Em 2016, o Estado de Minas Gerais efetuou novos aumentos de capital, no valor total de R\$218.806, dos quais já foi integralizado o montante de R\$103.371 até 31 de dezembro de 2020, restando R\$115.435 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2021.

A MGI repassou aos convenientes, no exercício de 2020, o montante de R\$2.012 referente a parcelas remanescentes de convênios, apurou rendimento do repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, através da prestação de contas, o valor de R\$ 832 e efetuou gastos com publicações oficiais de R\$8. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$1.092 no período, a variação líquida foi positiva em R\$1.760, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.167.441 em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.169.201 em 31 de dezembro de 2020.

Secretarias	31/12/2019	Movimentação		31/12/2020
	Saldo inicial	Pagamentos / Rendimentos	Devoluções	Saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.018	47	(2)	5.063
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.899	1	-	1.900
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.535	303	(2)	89.836
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.165	-	-	14.165
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	19.946	95	-	20.041
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA	994.344	2.226	(1.088)	995.482
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.700	179	-	34.879
Sec. Est. Governo – SEGOV	4.234	1	-	4.235
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	3.600
	1.167.441	2.852	(1.092)	1.169.201

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

O procedimento relacionado à prestação de contas abrange sua apresentação à Secretaria Interveniente em até 90 dias após a extinção do convênio pelo fim da vigência. As análises dessas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio e a regularidade dos gastos dos recursos repassados.

As Secretarias Intervenientes são responsáveis pela análise prévia das prestações de contas e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) dos objetos conveniados. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente, via de regra, impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Concluída as análises pelas Intervenientes, os convênios são encaminhados à MGI para análise financeira conclusiva e julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo a Companhia, na referência de 31 de dezembro de 2020, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade	Valor em R\$ mil
Convênios Vigentes	264	161.054
Vencidos, há menos de 90 dias, COM prestação de contas	1	400
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	579	276.616
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na MGI	584	732.924
Julgados reprovados	-	-
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	82	37.941
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	7	5.656
Encerrado	1	1.926
Prazo para apresentação de prestação de contas final está suspenso, conforme Decreto 47890/20	3	1.110
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.217.627
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações		182
(+) Rendimento de aplicação financeira – Repasse aplicado pela Conveniente		832
(-) Devoluções Recebidas		(49.440)
(=) Saldo de Convênios em 31/12/2020		1.169.201

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervenientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

Buscando segurança jurídica e análise de riscos relativos aos convênios, em junho de 2017, a Companhia contratou um escritório de advocacia para emitir um parecer, esclarecendo sobre as responsabilidades da MGI em relação aos instrumentos de convênios firmados pela Companhia, considerando o regramento aplicável, tais como os Decretos e legislação pertinentes; os Termo de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais e a MGI; e os instrumentos firmados com as entidades (municípios, associações etc.) para a realização do objeto dos convênios.

Nesse sentido, foi tratado pelos especialistas qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como:

- Convênios que estão com a prestação de contas em atraso;
- Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública.

Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda em uma eventual defesa (remoto, possível e provável).

Em seu parecer, os especialistas afirmam que:

“No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e artigo 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;

b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;

c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;

d) Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;

e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos. ”

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos dos ajustes contábeis nessas demonstrações financeiras, conforme apresentado abaixo:

CONTROLADORA	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020 divulgado	CONTROLADORA	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020 divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	185.319	-	185.319	Obrigações por repasse - convênios	1.188.995	(1.169.201)	19.794
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.168.394	(1.169.201)	1.999.193	Outros	2.568.437	-	2.568.437
Outros	403.719	-	403.719				
Total do ativo	3.757.432	(1.169.201)	2.588.231	Total do passivo e PL	3.757.432	(1.169.201)	2.588.231

CONTROLADORA	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019 divulgado	CONTROLADORA	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	220.358	-	220.358	Obrigações por repasse - convênios	1.188.995	(1.167.441)	21.554
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.065.448	(1.167.441)	1.898.007		2.379.121		2.379.121
Outros	282.310	-	282.310	Outros		-	
Total do ativo	3.568.116	(1.167.441)	2.400.675	Total do passivo e PL	3.568.116	(1.167.441)	2.400.675

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

22. Contingências não provisionadas

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

a) Processos judiciais:

Os principais processos da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil.

- Trata-se de Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, proposta contra a Companhia em 1990, cujo objeto é a anulação da transferência do controle acionário do Banco Agrimisa S/A à Góes Cohabita Participações Ltda. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (vide nota 7-e). O valor atualizado da causa é de R\$56.780, atualizado pelo fator de atualização monetário do TJMG até a data dessas demonstrações financeiras. Não foi efetuada provisão para perda desse saldo visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.
- Trata-se de execução provisória de honorários advocatícios nº 0914360-98.2003.8.13.0024, em 29 de agosto de 2003, proposta nos autos da Ação Popular nº 0024.90.666702-7, ainda pendente de julgamento definitivo. Foi deferido pedido de exclusão dos executados pessoas físicas Rubens de Azevedo Campelo, Luiz Fernando Gusmão Wellisch e Newton Cardoso. Suspensa até o julgamento final dos Recursos Extraordinários. Em caso de perda serão devidos os honorários advocatícios, a serem renegociados pela Companhia. O valor atualizado da causa é de R\$10.743 e está atualizado pelo fator de atualização monetário do TJMG até a data dessas demonstrações financeiras. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.

- Refere-se ao processo nº 7344228-80.2005.8.13.0024, proposto contra a Companhia em 24 de maio em 2005, cujo o objeto é a condenação no pagamento do valor atualizado de obrigações assumidas pela Companhia no contrato de compra e venda das ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A. (indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não-reembolsadas pela MGI), além de indenização por perdas e danos decorrentes desse inadimplemento contratual. A decisão judicial de segunda instância afastou a indenização por perdas e danos, manteve a condenação da MGI no pagamento das indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não reembolsadas pela MGI e expressamente determinou a compensação de créditos e débitos entre a MGI e a Góes Cohabita Participações Ltda. A compensação seria entre o valor da condenação atualizada aproximadamente em R\$ 173.321, e os créditos referentes a duas ações de execução contra a Góes - Nº 0761072-14.1995.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 432.056 e Nº 0217879-64.1999.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 29.085. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível, e o crédito supera o débito quando da compensação.

b) Processos administrativos:

- A Companhia é classificada como grande contribuinte pela Receita Federal, com isso, faz parte de empresas que são acompanhadas por monitoramento diferenciado. Em dezembro de 2020, a Auditoria da RFB nos solicitou, através de Termo de Constatação e Solicitação de Providências, a elaboração de retificação das Demonstrações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e das Escriturações Digitais das Contribuições Sociais (EFD Contribuições) do período de janeiro de 2017 a novembro de 2020, com o entendimento de que a Companhia apurou o PIS e COFINS sobre a Receita de Atualização de Direitos de Créditos Autônomos (Nota 17.a), utilizando alíquotas de Receita Financeira (4,65%), porém conforme entendimento do Auditor da RFB, deveria utilizar as alíquotas de contribuições sobre Receita Operacional (9,25%). Solicitou também que aplicasse para os períodos futuros a alíquota de Receita Operacional para a citada Receita. Tal procedimento acarretaria na confissão de dívida tributária estimada em R\$17.000 e aumento da carga tributária. Discutido o assunto internamente, a Companhia concluiu por discordar dos argumentos apresentados pelo Auditor Fiscal decidindo, por meio de sua Assessoria Jurídica, apresentar Manifestação de Inconformidade contestando os argumentos do Auditor Tributário Federal e agora aguarda o seu deferimento. A assessoria jurídica da Companhia entende que o risco de perda é considerado possível.

23. Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram alterações na política de gerenciamento de riscos da Companhia.

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do COVID 19 encontra-se apresentada ao longo das demonstrações financeiras. Adicionalmente, as análises de sensibilidade aos riscos de mercado apresentados nessa nota explicativa, que incluem os impactos das variações de taxas de juros e preços de ações nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros, já consideram o atual cenário causado pela pandemia.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi estabelecida com base no seu Estatuto Social e em sua Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão. Essa política define as diretrizes a serem observadas para a gestão de riscos, controles internos e integridade.

A MGI adota o modelo das 3 linhas de defesa proposto pela Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA:

1ª linha de defesa: a primeira linha de defesa é composta pelas unidades gerenciais, competindo-lhes, entre outras atribuições manter controles internos eficazes, implementar ações corretivas para procedimentos e controles, conduzir, diariamente, procedimentos de riscos e controles inerentes a suas atividades e zelar pela aderência da equipe aos dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis à sua unidade.

2ª linha de defesa: a segunda linha de defesa é formada pelo Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos, unidade interna de governança com previsão estatutária e dotada de autonomia e independência para atuar nas atividades de conformidade, gestão de riscos e controles internos. A essa unidade compete, entre outras atribuições, elaborar modelos e mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, alinhados ao perfil de riscos e aos objetivos estratégicos da Companhia, coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que a Companhia está sujeita, propor o aprimoramento de políticas, diretrizes e normas complementares, monitorar as atividades da 1ª linha de defesa e reportar à Diretoria Executiva e, quando necessário, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário, a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia.

3ª linha de defesa: a 3ª linha de defesa é composta pela Gerência de Auditoria Interna, a quem compete, entre outras atribuições, avaliar, de forma independente, a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gestão de riscos e controles internos. A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Responsabilidade dos órgãos estatutários no âmbito da Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão:

Diretoria Executiva: institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de integridade, riscos e controles internos, com a adequada alocação de recursos humanos e financeiros, patrocinar a disseminação da cultura da integridade, gestão de riscos e controles internos, supervisionar o mapeamento e avaliação de riscos que possam comprometer a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e propor ao Conselho de Administração o perfil de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário: supervisionar as atividades desenvolvidas na unidade de auditoria interna, avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, bem como a adequação dos mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, recomendar a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos.

Conselho de Administração: definir o perfil de riscos da Companhia, em alinhamento com os objetivos estratégicos e os interesses dos acionistas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a MGI, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, aprovar as políticas e normas de gestão da integridade, riscos e controles internos e suas revisões.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos da Companhia é realizado com a participação de todos os colaboradores e coordenação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos. A avaliação de riscos é realizada com base em matriz de calor, em que o risco é avaliado como baixo, médio, alto ou extremo, com base nos eixos de probabilidade e de impacto.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros:

(i) Direitos de Crédito Autônomos (nota 7.c)

Os Direitos de Crédito Autônomos apresentam um risco de crédito com alto grau de probabilidade, uma vez que, pela própria natureza da carteira, composta por parcelamentos de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, existe uma tendência de aumento da inadimplência ao longo do tempo.

O impacto desse risco seria a insuficiência de recursos para liquidação das debêntures subordinadas, emitidas para aquisição da carteira, uma vez que a terceira emissão de debêntures, também vinculada aos direitos creditórios, foi liquidada em 2017. A escritura de emissão das debêntures subordinadas prevê a possibilidade de liquidação mediante dação em pagamento do saldo da carteira, sendo que, em caso de resgate antecipado, a diferença entre o saldo credor da carteira e o saldo devedor das debêntures subordinadas será computado como prêmio pago pela Emissora. Nesse caso, o impacto para a Companhia será meramente contábil, pois não haverá desembolso financeiro.

A fim de assegurar a fidedignidade das demonstrações financeiras, a Companhia apura, trimestralmente, o valor justo da carteira, levando em consideração a estimativa de perda ao valor recuperável, a amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial e o prêmio previsto no caso de resgate antecipado das debêntures subordinadas.

(ii) *Créditos a receber – Góes Cohabita – nota 7.e*

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização.

(iii) *Outras contas a receber*

As demais contas a receber da Companhia, detalhadas na nota 7, não possuem grau de impacto ou de probabilidade que configurem um risco de crédito relevante.

(iv) *Ativos financeiros (notas 5, 6, 7.f e 8)*

Os ativos financeiros da Companhia são compostos por contas correntes, aplicações financeiras constituídas por Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimento em Renda Fixa, com liquidez e rentabilidade diárias, e opções flexíveis de venda sobre ações preferenciais de emissão da Cemig.

A Companhia avalia os riscos desses ativos como baixos, com base na natureza de cada ativo e no rating das instituições financeiras em que esses ativos são mantidos, conforme descrito abaixo:

Perfil dos Ativos Financeiros – Controladora					
Ativo	Posição em 31/12/2020	Posição em 31/12/2019	Instituição Financeira	Rating Atual	Agência
Caixa MGI	2	2	N/A	N/A	N/A
Conta Corrente	126	1	Itaú	Aa1	Moody's
Conta Corrente	-	-	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	12.082	8.942	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	13.079	10.618	Itaú	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	10	11	Caixa Econômica Federal	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	-	1	Mercantil do Brasil	Caa1	Moody's
Aplicação Financeira	177.945	212.192	Banco Credit Suisse Brasil	(*)	N/A
Opções Flexíveis de Venda	25.857	31.469	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento	(*)	N/A
Direitos Creditórios - Empréstimo de ações	1.217.538	1.186.712	Banco de Investimentos Credit Suisse	AAA	Fitch
Total	1.446.639	1.449.948			

(*) Não foi localizada avaliação de rating do Banco Credit Suisse Brasil e do Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento, porém, o Conglomerado Credit Suisse no Brasil é uma instituição financeira reconhecida e consolidada e possui ótimo Índice de Basileia (17,37% em 30 de junho de 2020).

Destacamos que a Companhia encerrou sua conta na instituição Mercantil do Brasil, de modo que, atualmente, todas as contas correntes e aplicações financeiras da MGI estão em bancos com rating Aa1 pela Agência Moody's.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações financeiras, que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Exercício findo em 31/12/2020	Controladora					
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	186	-	-	-	-	186
Debêntures Subordinadas	-	-	-	942.078	-	942.078
Debêntures 5ª Emissão	-	-	62.387	240.760	284.570	587.717
Obrigações por repasse	-	267	29.062	2.427	-	31.756
Contrato de opções flexíveis	-	21.944	23.926	297.935	139.231	483.036
Total	186	22.211	115.375	1.483.200	423.801	2.044.773

Exercício findo em 31/12/2019	Controladora					
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	253	-	-	-	-	253
Debêntures Subordinadas	-	-	-	841.211	-	841.211
Debêntures 5ª Emissão	-	-	74.151	240.760	332.315	647.226
Obrigações por repasse	-	267	33.304	11.200	-	44.771
Contrato de opções flexíveis	-	-	26.500	226.650	164.613	417.763
Total	253	267	133.955	1.319.821	496.928	1.951.224

A MGI realiza, periodicamente, análise de liquidez da Companhia, com base nas informações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta suficiência de recursos para cumprimento de obrigações de curto e de longo prazo. O índice de liquidez geral, que mede a capacidade da Companhia para quitar a totalidade de suas obrigações, é de 1,19 na posição de 31 de dezembro de 2020 (1,20 em 31 de dezembro de 2019). Isso significa que, a cada R\$1,00 de obrigações registradas no Passivo Total, a Companhia possui R\$1,19 no seu Ativo (excluídos os valores de investimentos, imobilizado e intangível). Já o índice de liquidez seca, que mede a capacidade de honrar as obrigações de curto prazo, é de 2,05 em 31 de dezembro de 2020 (1,90 em 31 de dezembro de 2019), o que indica que, a cada R\$1,00 de obrigações registradas no Passivo Circulante, a Companhia possui R\$2,05 no Ativo Circulante (excluídos os imóveis mantidos para a venda). A análise realizada é qualitativa e quantitativa. Em relação aos ativos vinculados a obrigações específicas, o cálculo dos índices de liquidez reflete a correta proporção entre ativo e passivo circulante e não circulante.

Os passivos da Companhia mais suscetíveis a riscos de liquidez são as debêntures de 5ª emissão e as opções flexíveis de compra, tendo em vista que a principal receita para cumprimento dessas obrigações são os proventos recebidos da CEMIG, que é uma variável exógena à Companhia, e que o valor de liquidação das opções é atrelado a variáveis de mercado. Em que pese os indicadores de liquidez mostrarem-se satisfatórios até o momento, a Companhia monitora continuamente os riscos de liquidez, em conjunto com os riscos de mercado, para definir a melhor estratégia de mitigação desses riscos a longo prazo.

As debêntures subordinadas não apresentam risco de liquidez, uma vez que poderão ser quitadas mediante dação em pagamento da carteira de Direitos de Crédito Autônomos.

e. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia avalia, separadamente, seus riscos relacionados ao mercado de capitais e os riscos relacionados a taxas de juros, os quais serão descritos a seguir. A MGI não possui riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

f. *Risco relacionado ao mercado de capitais*

Os riscos de mercado mais relevantes para a Companhia são as variações na cotação das ações preferenciais de emissão da Cemig (“CMIG4”), bem como o *dividend yield* dessas ações, que interferem nos parâmetros das opções flexíveis sobre ações, no Índice de Cobertura da 5ª emissão de debêntures e no retorno obtido sobre a participação acionária.

A Companhia apura, trimestralmente, o valor justo das opções de compra e venda e vem monitorando o risco de mercado com base em análise de cenários, de modo que a Administração possa tomar as melhores decisões em relação aos riscos e oportunidades vinculados a esses instrumentos.

g. *Risco relacionado à taxa de juros*

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras	17.797	11.406
Aplicações financeiras vinculadas	185.319	220.358
Total de direitos creditórios (a)	942.079	841.211
Debêntures	(1.529.795)	(1.488.437)
Saldo líquido de exposição	(384.600)	(415.462)

- (a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDIs e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o “Total de direitos creditórios” nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

Conforme se infere do saldo líquido de exposição, a Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros representada pelo CDI.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela B3 em 31 de dezembro de 2020, apurando-se o impacto nas despesas financeiras atreladas à taxa de juros, subtraídas as receitas financeiras atreladas ao mesmo indexador, no período de 1 ano, conforme segue:

(Aumento das despesas financeiras líquidas - em milhares de reais)				
	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Aumento do CDI	-	1.827	3.654
Premissas para a análise de sensibilidade:				
Variável de risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.) *		1,90	2,38	2,85

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

A Administração considera que o risco relativo à taxa de juros vigentes encontra-se em um patamar aceitável e a taxa de juros está bem próxima à projetada pelo Relatório de Mercado Focus divulgado em 08 de janeiro de 2021, no qual a projeção da Selic para 12 meses é de 3,00%.

h. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em Instrumentos Patrimoniais, ações da CEMIG, COPASA e GERDAU, listados na Bolsa de Valores de São Paulo, classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, sob custódia e emprestadas, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 2,42% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, e para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,009%.

Instrumentos Patrimoniais	Valor justo em 31/12/2020	Variação de um ponto percentual na cotação	Impacto no PL
Cemig	102.189	674	0,127%
Copasa	7.609	50	0,009%
Cemig Emprestadas	1.217.538	12.175	2,291%
Gerdau	1.453	10	0,002%

Em relação aos contratos de opções flexíveis sobre ações da CEMIG, a alta da cotação é prejudicial à Companhia, pois aumenta as chances de que a MGI pague pelas opções de compra e reduz a possibilidade de recebimento pelas opções de venda. A Companhia avaliou o impacto do aumento da cotação das ações sobre os valores a pagar ou a receber pelos contratos de opções no período de 12 meses, mantendo-se constantes todas as demais variáveis. Foi considerado, como cenário provável, a cotação média da ação nos últimos 10 pregões que antecederam a data-base dessas demonstrações. Para os cenários II e III, considerou-se aumentos de 25% e de 50%, respectivamente, sobre essa cotação média.

Análise de sensibilidade dos valores a pagar e a receber, em 12 meses, relativos aos contratos de opções flexíveis				Cenário (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
				14,56	18,20	21,84
Opções de Compra	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de dezembro de 2020	Aumento (redução) do valor a pagar em 12 meses		
Tranche vinculada em 13/01/2021	5.226.383	10,36	21.944	8	19.032	38.056
Tranche vinculada em 13/07/2021	5.226.383	10,36	23.926	(1.975)	17.050	36.074
Total			45.870	(1.967)	36.082	74.130
Opções de Venda	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de dezembro de 2020	Aumento (redução) do valor a receber em 12 meses		
Tranche vinculada em 13/01/2021	5.226.383	5,08	-	-	-	-
Tranche vinculada em 13/07/2021	5.226.383	5,08	30	-	-	-
Total			30	-	-	-

j. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

Na posição de 31 de dezembro de 2020, o capital de terceiros representa 387% do Patrimônio Líquido da Companhia. No período ocorreu alteração significativa em relação à posição consolidada de 31 de dezembro de 2019, quando esse índice era de 441%, devido ao ganho de AVJ nos investimentos em Instrumentos Patrimoniais da Companhia e a queda da Selic reduzindo a despesa com juros da Companhia. Do total de capital de terceiros, em 31 de dezembro de 2020, apenas 7% corresponde a obrigações de curto prazo.

Apresentamos, abaixo, a natureza do passivo da Companhia:

Natureza	Nota	Capital de terceiros			
		31/12/2020	%	31/12/2019	%
Passivo circulante					
Passivo Operacional (*)		33.906	1,6	37.428	2,0
Opções Flexíveis de Compra	8	45.870	2,2	26.500	1,0
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	13	62.387	3,0	74.151	4,0
Subtotal Passivo Circulante		142.163	6,9	138.079	7,0
Passivo Operacional (*)		10.138	0,5	13.615	2,0
Opções Flexíveis de Compra	8	437.166	21,3	391.263	20,0
Debêntures subordinadas (2ª emissão)	13	942.078	45,8	841.211	43,0
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	13	525.330	25,5	573.076	29,0
Subtotal Passivo não circulante		1.914.712	93,1	1.819.165	93,0
Passivo Total		2.056.875	100,0	1.957.244	100,0

(*) O passivo operacional é composto por fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse e passivo fiscal diferido.

k. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Com a implementação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos e a adoção do Modelo das Três Linhas de Defesa, a Companhia passou a adotar práticas mais estruturadas e sistêmicas de Gerenciamento de Riscos e Compliance, buscando assegurar que os riscos sejam mantidos em patamares aceitáveis.

As práticas incluem a identificação, análise e avaliação de riscos, definição de resposta aos riscos, implementação ou aprimoramento de políticas, procedimentos e controles internos, monitoramento, comunicação e treinamento.

Em razão da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia elaborou plano de contingência com o intuito de proteger a saúde de seus colaboradores, e, ao mesmo tempo, manter suas atividades operacionais e administrativas em pleno funcionamento. Aderindo às recomendações do Comitê Extraordinário COVID-19, instituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a Companhia implementou gradativamente o regime de teletrabalho para os seus colaboradores a partir de 16 de março de 2020, com gradual adesão, a começar pelos grupos mais vulneráveis ao risco. Na data de divulgação dessas informações, a adesão ao regime de teletrabalho corresponde a cerca de 80% do quadro de colaboradores, com retomada gradual da atividade presencial na Companhia, observando ao Plano de enfrentamento a epidemia, Minas Consciente e observando suas recomendações e protocolos. Por meio de tecnologias de trabalho remoto e comunicação virtual, a Companhia vem mantendo suas operações em pleno funcionamento.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ao Custo Amortizado	1.174.925	1.174.925	1.095.202	1.095.202
Caixa e equivalente de caixa	17.925	17.925	11.409	11.409
Títulos e valores mobiliários	185.319	185.319	220.358	220.358
Contas a receber de clientes (exceto DCA e Credit)	29.602	29.602	22.224	22.224
Direitos de Créditos Autônomos - DCA	942.079	942.079	841.211	841.211
Ao Valor Justo por meio do resultado	1.243.395	1.243.395	1.218.181	1.218.181
Direitos Creditórios Credit Suisse	1.217.538	1.217.538	1.186.712	1.186.712
Contratos de opções flexíveis	25.857	25.857	31.469	31.469
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	130.307	130.307	44.068	44.068
Outros investimentos	130.307	130.307	44.068	44.068
Passivo Financeiro ao custo amortizado	1.561.737	1.561.737	1.533.462	1.533.462
Fornecedores	186	186	253	253
Obrigações por repasse	31.756	31.756	44.771	44.771
Debêntures	1.529.795	1.529.795	1.488.437	1.488.437
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	483.036	483.036	417.763	417.763
Contratos de opções flexíveis	483.036	483.036	417.763	417.763

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).

- **Contas a receber de clientes e Direitos de créditos autônomos** - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Fornecedores** - são obrigações financeiras com prestadores de serviço e fornecedores de materiais. Reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, na prática, são reconhecidos ao valor da fatura correspondente.
- **Debêntures** – são títulos de dívida que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. Com relação às debêntures subordinadas, foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo e após são mensuradas ao custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos. Para as debêntures de 5ª emissão, a Companhia considerou o valor justo substancialmente igual ao contábil.
- **Obrigação por repasse**-as obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012, do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustadas ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.
- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em conformidade com as características e perfil de risco associados à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

1. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Ativos financeiros designados ao valor justo	Nota	Saldo em 31/12/2020	Valor justo em 31 de dezembro de 2020	
			Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)
Contas a receber - Credit Suisse	7.f	1.217.538	1.217.538	-
Contratos de opções flexíveis	8	25.857	25.857	-
Investimentos em Cias Abertas - Cemig, Copasa e Gerdau S.A.	11	111.251	111.251	-
Investimentos em Cias Fechadas - Grupo Gerdau, Codemge e BDMG	11	19.056	-	19.056
		<u>1.373.702</u>	<u>1.354.646</u>	<u>19.056</u>

A nota explicativa 11 apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Codemge e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, conseqüentemente, os preços de mercado de suas ações não estão disponíveis. Para esses investimentos, a Companhia executa os seguintes procedimentos para assegurar que os valores contabilizados não excedem o seu valor recuperável: (a) para empresas que publicam suas demonstrações financeiras, a mensuração é feita por meio de consulta às DF's publicadas. (b) para empresas que não publicam suas demonstrações financeiras, é realizada consulta ao departamento de relações com investidores para se obter o valor patrimonial das ações. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo histórico, limitado ao seu valor patrimonial atual, pois é a forma mais confiável para estimar o seu valor justo.

24. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Responsabilidade Civil	3.000	3.000
Patrimonial	1.400	1.440
TOTAL	4.400	4.440

As premissas de riscos adotadas pela Companhia para contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

25. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que as principais atividades desempenhadas pela Companhia atualmente, em atendimento ao interesse coletivo, é a gestão de ativos, que compreende a recuperação de créditos e a administração e a alienação de bens imóveis, abrangendo:

- Ativos próprios adquiridos pela MGI por meio de contrato de cessão com os bancos privatizados BEMGE e CREDIREAL e pela incorporação da EMIP, correspondentes a 22.493 créditos e 37 imóveis, que geraram receitas de R\$6.854 no período.
- Ativos do Estado de Minas Gerais administrados pela Companhia mediante contratos de prestação de serviços. Atualmente, a Companhia administra 1.422 créditos em liquidação e 819 imóveis recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Minascaixa e da privatização dos bancos Bemge e Credireal, bem como 60 imóveis não de uso, de propriedade da administração direta do EMG. No período dessas demonstrações financeiras, a MGI repassou ao EMG o montante de R\$794.085 referente a recuperação de créditos e venda de imóveis, propiciando arrecadação de receitas para os cofres públicos e redução das despesas inerentes a esses ativos.

Outras atividades desempenhadas pela Companhia para a consecução do interesse coletivo são a emissão de debêntures (Nota 12) com recursos utilizados para compra de direitos de crédito autônomos do Estado de Minas Gerais (Nota 7.c) e promover por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Conselho de Administração

Fabio Rodrigo Amaral de Assunção - Presidente
Andresa Linhares de Oliveira Nunes - Vice-Presidente
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Membro
Andrea Riechert Senko - Membro
Leonora Maria Aparecida - Membro
Silvia Caroline Listgarten Dias - Membro

Diretoria Executiva

Weverton Vilas Boas de Castro - Diretor-Presidente
Nilma Alves dos Santos Gonçalves - Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores
Danielle Cristine de Faria - Diretor de Negócios

Contador responsável

Jefferson Lucas de Melo
CRC/MG 110.042/O-8

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Belo Horizonte, 18 de março de 2021.

Weverton Vilas Boas de Castro
Diretor Presidente

Nilma Alves dos Santos Gonçalves
Diretora Administrativo-Financeira e de
Relação com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Belo Horizonte, 18 de março de 2021.

Weverton Vilas Boas de Castro
Diretor Presidente

Nilma Alves dos Santos Gonçalves
Diretora Administrativo-Financeira e de
Relação com Investidores

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - COAUD

Aos senhores Conselheiros de Administração da MGI – Minas Gerais Participações S.A.

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD é o órgão estatutário de caráter permanente que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria, supervisão e fiscalização.

O COAUD é integrado por três membros, eleitos em reunião do Conselho de Administração da companhia em agosto de 2018 e outubro de 2020, sendo que pelo menos um deles possui experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária.

Dentre as principais atribuições do COAUD estão a de opinar sobre a contratação e a destituição do auditor independente; supervisionar as suas atividades e avaliar a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação desses serviços às necessidades da MGI. Ao COAUD cabe, ainda, monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela MGI. Destacam-se, também, as atividades de avaliação e monitoramento das exposições de risco da companhia e a área de auditoria interna e a responsabilidade pela verificação do preenchimento dos requisitos e ausência de vedações para as eleições de administradores e conselheiros fiscais e a avaliação de relatórios destinados ao Conselho de Administração que tratem dos sistemas de controles internos, além do estabelecimento e a divulgação de procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à empresa.

Os administradores da companhia são responsáveis pela elaboração e pela integridade das Demonstrações Financeiras, pela gestão de riscos, pela manutenção e efetividade dos controles internos e pela conformidade das atividades da empresa às normas legais e regulamentos aplicáveis.

A auditoria interna tem a atribuição de aferir a adequação do controle interno, a efetividade e o gerenciamento de riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

A auditoria independente das demonstrações financeiras levantadas em 31.12.2020 ficou sob a responsabilidade da empresa Ernst & Young Auditores Independentes, que se encarregou, também, da revisão dos cálculos dos tributos incidentes sobre os resultados, além de proceder a avaliações sobre a adequação dos sistemas de controles internos para identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras.

Principais atividades do COAUD

O COAUD se reuniu por 21 vezes entre abril de 2020 e março de 2021, sendo a última reunião no dia 17 de março de 2021 para o exame final das demonstrações financeiras e emissão deste relatório. Nessas oportunidades, em que estiveram presentes diretores e gerentes de diversas áreas da empresa, foram abordados assuntos variados que vão desde temas relacionados aos negócios da MGI, até assuntos como finanças, integridade, controles internos e riscos, contabilidade e auditoria interna. Destaques para as reuniões havidas com os auditores externos para conhecimento de metodologia de trabalho e padrões adotados para a sua independência e a abordagem de pontos considerados críticos na elaboração das demonstrações financeiras da MGI.

Em auxílio aos acionistas, o COAUD participou do processo de indicação de 12 membros para comporem os Conselhos de Administração e Fiscal e 4 membros para comporem a Diretoria da Companhia, emitindo uma opinião sobre o preenchimento de requisitos e a ausência de vedações com relação aos candidatos que se apresentaram.

O COAUD supervisionou a elaboração do plano de trabalho da auditoria interna para o exercício de 2021, recomendando ao Conselho de Administração a inclusão de trabalhos que julgou requeridos ao aperfeiçoamento de controles internos. Também, apresentou àquele colegiado o seu próprio plano de trabalho para o exercício de 2021.

Considerações finais

As opiniões e julgamentos do COAUD estão fundamentados nas informações recebidas de componentes internos da MGI, especialmente da diretoria, da controladoria, da auditoria interna, da superintendência administrativo-financeira, de conformidade e riscos e da assessoria jurídica.

O COAUD reconhece o esforço da administração da MGI no sentido de implantar as estruturas de controles internos, de riscos e de governança exigidos pela Lei 13.303/2016, destacando a Termo de Cooperação Técnica celebrado com a Ouvidoria Geral do Estado para adesão ao MG-Ouv, a fim de propiciar maior segurança na recepção de denúncias internas e externas à MGI, inclusive em matérias relacionadas ao escopo das atividades do Comitê.

Com relação a auditoria externa, o COAUD não identificou situação que pudesse afetar a objetividade e a independência dos auditores relativamente aos trabalhos de acompanhamento da elaboração das demonstrações financeiras da MGI. O COAUD considera haver fundamento técnico e normativo no parágrafo de “Outros Assuntos” apresentado pelo auditor independente em seu relatório.

Conclusão

O COAUD não recebeu até fechamento deste relatório registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis.

O Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considerando, ainda, a ausência de ressalvas no Relatório dos Auditores Externos, manifesta-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras da MGI em 31.12.2020, recomendando-as à aprovação pelo Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 18 de março de 2021.

Carlos Antônio Duarte
Coordenador

Regina Célia Nigri dos Santos
Membro

Heliomar Aparecido Rezende
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Anexo I à Ata 001/2021

O Conselho Fiscal da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas. Após verificarem que os documentos citados representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, com base no *draft* do Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S e do Comitê de Auditoria Estatutário sobre eles emitido, opinaram favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Belo Horizonte, 11 de março de 2021.

Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira
Presidente do Conselho

Osmar Teixeira de Abreu
Conselheiro

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti
Conselheira